

CRMV PR

Conselho Regional de Medicina Veterinária

Nº 31 - ano VIII - Jan/Fev/Mar de 2010

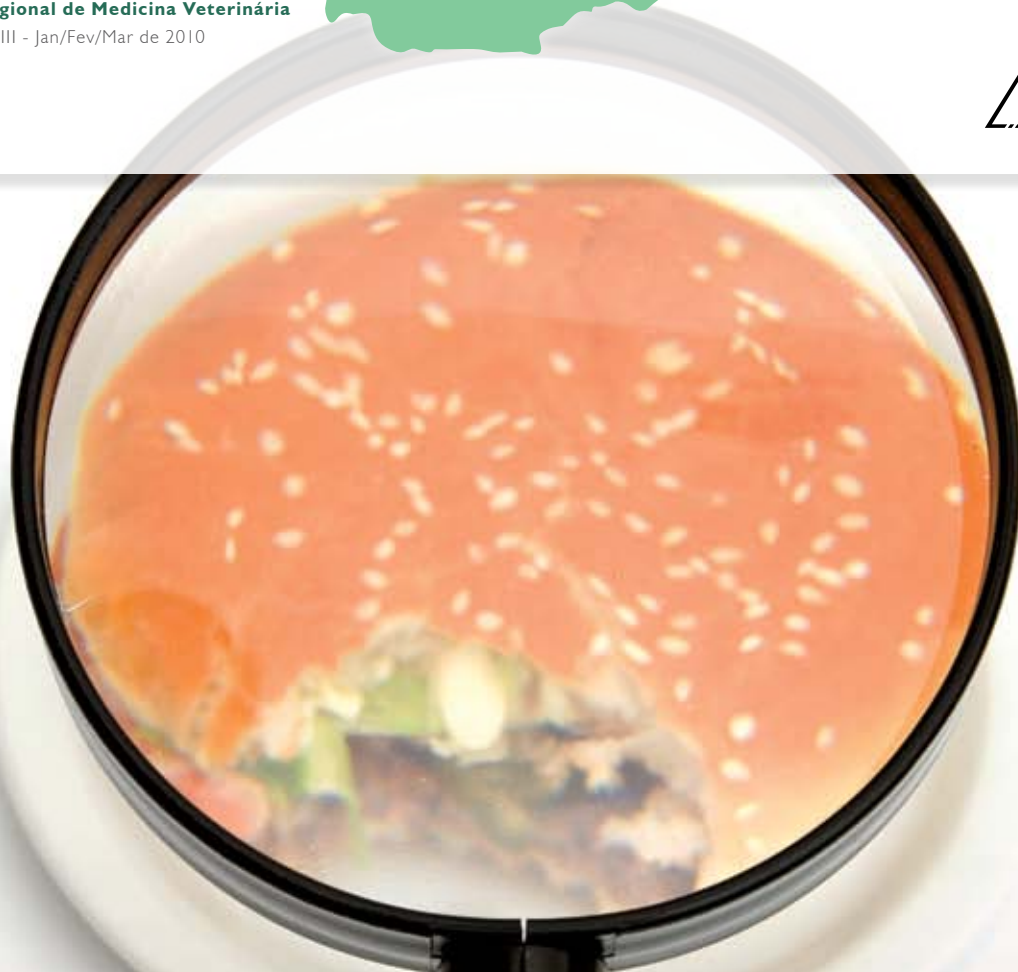


Impresso Especial

9912215938/ 2008 DR/PR
CONSELHO REGIONAL DE
MEDICINA VETERINÁRIA DO
ESTADO DO PARANÁ

///CORREIOS///

FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT



Alimento seguro na mesa

As empresas do ramo de alimentos de origem animal precisam estar atentas na aplicação das medidas para destinar ao consumidor um produto que garanta satisfação e, principalmente, segurança.

Leishmanioses no Paraná

Mudança Climática: o homem é vítima ou bandido?



4

Editorial

5

Transparência

6

Entrega de cédulas



Delegado Regional em Ivaiporã

São Francisco de Assis: Padroeiro dos Animais



7

STF desobriga produtor rural de recolher Funrural

Nova diretoria da Anclivepa-PR é eleita

8

Alimentação para ruminantes ganha normas de fiscalização

Manual Prático para Identificação de Equinos

CRMV-PR regulariza publicidade

13

Hipertensão Arterial Sistêmica: Uma doença silenciosa



9

Leishmanioses no Paraná

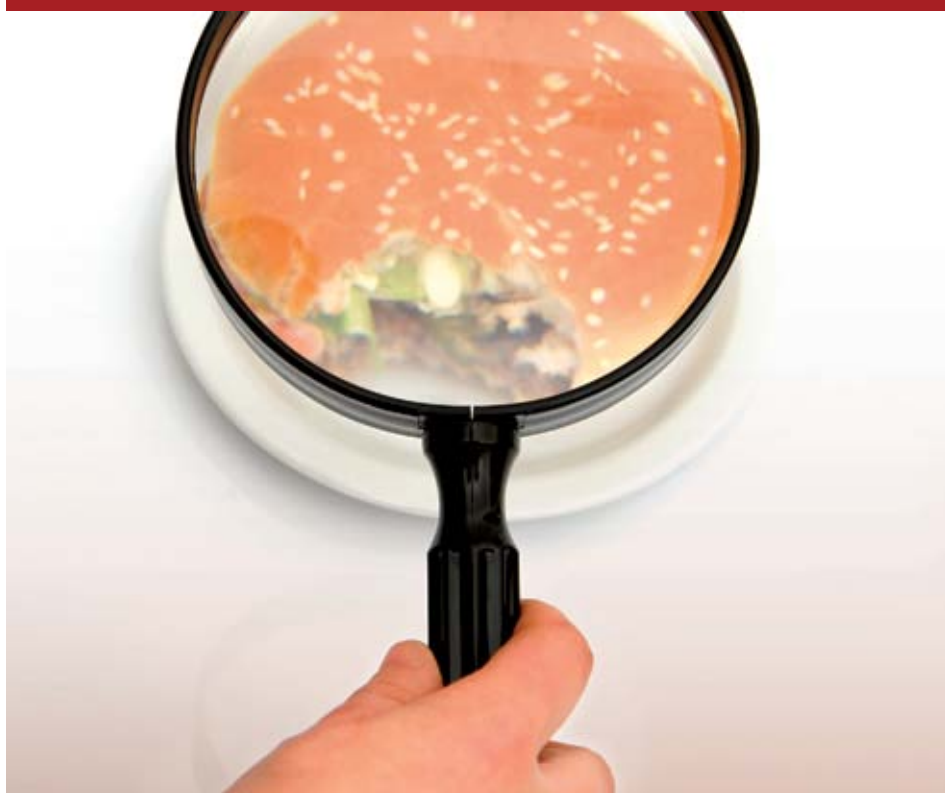


12

OIE e a educação em Medicina Veterinária: foco no ensino de bem-estar animal

14

Alimento seguro na mesa



17

Mudança Climática:
o homem é vítima ou
bandido?



19

Abordagem
Homeopática na
Clínica Médica de
Equinos

20

O Contexto do
Médico Veterinário
na Saúde Pública
Contemporânea

24

Parcerias beneficiam a
fauna curitibana

25

Agenda

23

Conesa aprova o
fim das campanhas
de vacinação contra
febre aftosa no PR



26

Serviço

27

Processos Éticos
julgados em 2009



Masaru Sugai - Presidente do CRMV-PR

“Os principais fatores responsáveis por este resultado foram o comprometimento e a competência dos profissionais que trabalham e trabalharam diretamente no campo, tanto no setor produtivo quanto na fiscalização.”

Paraná livre da febre aftosa sem vacinação

Após 40 anos de vacinação contra febre aftosa, o Conselho Estadual da Sanidade Agropecuária (Conesa) aprovou o direito do Paraná em suspender a campanha de vacinação a partir do mês de junho. As estratégias do Paraná para ser considerada uma área livre da doença sem vacinação foram encaminhadas neste mês de março ao Ministério da Agricultura, que já sinalizou ser favorável à medida.

Os principais fatores responsáveis por este resultado foram o comprometimento e a competência dos profissionais que trabalham e trabalharam diretamente no campo, tanto no setor produtivo quanto na fiscalização.

Para pleitear esta conquista, o Paraná precisou investir em infraestrutura física e na contratação de profissionais capacitados. Mas, para que esta qualidade seja mantida, é primordial que os servidores sejam motivados. Por isto, o CRMV-PR apoia a criação da carreira de fiscal de defesa agropecuária para médicos veterinários da SEAB. Isto propiciará uma melhor perspectiva profissional, bem como significativo reforço da fiscalização sanitária paranaense uma vez que reduzirá a rotatividade funcional na SEAB, ocasionada pelos baixos salários pagos. Esta proposta, uma bandeira levantada pela Afisa (Associação dos Fiscais da Defesa Agropecuária do Paraná), vai ao encontro de iniciativas semelhantes que ocorrem em vários outros estados da federação.

Por outro lado, vislumbramos também como uma proposta a ser implementada para agilizar e fortalecer a fiscalização, a efetivação da Agência Estadual de Defesa Agropecuária no Estado do Paraná.

Se o Ministério acatar o pedido de suspensão, a campanha prevista para o mês de maio ainda será realizada, mas somente para os animais jovens até os 24 meses de idade, como aconteceu pela primeira vez no ano passado. Esse reconhecimento representará um significativo avanço para a economia paranaense e também brasileira. A carne paranaense ganhará novos mercados compradores. ●

Méd. Vet. Masaru Sugai
Presidente CRMV-PR

Expediente

Diretoria Executiva:

Presidência: Masaru Sugai
Vice-Presidência: Nestor Werner
Secretaria Geral: Célia Mayumi K. Trentini
Tesouraria: Oscar Lago Pessôa

Conselheiros efetivos:

Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, José Carlos Calleya, Noemy Tellechea Pansard, Ricardo Maia, Ricardo Pereira Ribeiro

Conselheiros suplentes:

Ailton Benini, Amauri da Silveira, Carlos Alberto de Andrade Bezerra, Carlos Henrique Siqueira Amaral, Odete Völz Medeiros, Paulo Amaro Lopes Perpétuo

Comissão Editorial:

Noemy Tellechea Pansard (presidente), Ademir Benedito da Luz Pereira, Ivonei Afonso Vieira, Ricardo Pereira Ribeiro

Jornalista Responsável:

Gabriela Roussenq Sguarizi
jornalismo@crm-v-pr.org.br

Estagiária:

Priscila Ribas

Tiragem:

10 mil exemplares

Impressão:

Ajir Gráfica

Projeto Gráfico:

Abissal Design & Comunicação
www.abissaldesign.com.br

Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná

Rua Fernandes de Barros, 685 - Alto da XV
CEP: 80045-390 - Curitiba - Paraná
Fone/Fax: (41) 3263-2511
www.crmv-pr.org.br

As matérias e artigos assinados não representam necessariamente a opinião da Diretoria do CRMV-PR.

Transparência

Demonstrativo de Receitas e Despesas

Período: Janeiro a Dezembro/2009

Receitas	R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas	1.217.195,44	33,95%
Anuidades de Pessoas Jurídicas	1.643.811,49	45,85%
Subtotal	2.861.006,93	79,80%
Receitas com Aplicações Financeiras	120.750,36	3,37%
Receitas com Inscrições	105.415,00	2,94%
Expedição de Carteiras	22.224,16	0,62%
Expedição de Certidões	-	0,00%
Expedição de Certificações	71.808,53	2,00%
Receita de Dívida Ativa	222.865,07	6,22%
Transferências do CFMV	-	0,00%
Outras Receitas (*)	141.714,56	3,95%
Alienação de Bens Móveis	39.350,00	1,10%
Total (A)	3.585.134,61	100,00%

Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	1.375.331,01	39,67%
(2)*	Material de Consumo	91.139,70	2,63%
(3)*	Serviços de Terceiros e Encargos	34.885,10	1,01%
(4)*	Outros Serviços e Encargos	1.793.002,52	51,71%
(5)*	Despesas de Custeio Diversas	850,00	0,02%
(6)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	60.560,50	1,75%
(7)*	Equipamentos e Material Permanente	111.594,62	3,22%
(8)*	Aquisições e Inversões	-	0,00%
	Total (B)	3.467.363,45	100,00%

Superávit Orçamentário: C=A-B **117.771,16** **3,28%**

(*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição/registo. Multas p/falta RT, Multas p/ausência à Eleição, Indenizações e Restituições (custas proces-suais), Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas

(**) A relação percentual é do Superávit obtido em relação à Receita ((C/A)x100), ou seja quanto da receita não foi comprometida pela despesa.

Méd. Vet. Masaru Sugai

CRMV-PR N° 1797

Presidente

Jorge Alves de Brito

CRC-PR 028374-0/O

Contador

Detalhamento de Despesas

- (1)* Salários, Gratificação por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3-Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/babá, INSS, FGTS, PIS; Indeniz;
- (2)* Artigos de expediente, Despesas c/ Veículos, Art. Material Limpeza/Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat. Acess. p/Máq. e Apar., Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo;
- (3)* Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/Serviços Prestados;
- (4)* Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria e Conselheiros, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Serviços de Informática;
- (5)* Despesas com exercícios anteriores.
- (6)* Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR;
- (7)* Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Informática, Aparelhos de Intercomunicações, Veículos e Aparelhos de Foto Cinematográficos;
- (8)* Aquisição de Imóveis, Tit. Represent. Capital Integralizado, Aquisição de Outros Bens de Capital.

Entrega de cédulas

26/02/2010 - Curitiba
27/01/2010 - Londrina
26/01/2010 - Cornélio Procópio
22/01/2010 - Curitiba
20/01/2010 - Maringá
19/01/2010 - Paranavaí
23/12/2009 - Curitiba



Nota

Delegado Regional em Ivaiporã

A região de Ivaiporã agora possui um delegado regional do CRMV-PR, o médico veterinário Helder Luiz Menck, que passará a representar administrativa e legalmente a Autarquia Federal. O nome do profissional foi homologado pelos diretores e conselheiros durante a sessão plenária do dia 15 janeiro. O cargo de delegado regional é honorífico, não ensejando qualquer contraprestação pecuniária, estando seu titular a prestar relevantes serviços às classes. ●

Nota

São Francisco de Assis: Padroeiro dos Animais

Os 30 anos da Declaração de São Francisco de Assis como padroeiro dos animais e do meio ambiente foram celebrados no dia 29 de dezembro de 2009 em Assis, cidade natal do santo. Neste ano, será comemorado o 8º Centenário da Canonização de São Francisco.

Assis, localizada na região central da Itália, a 130km de Roma, é a cidade italiana que mais conserva a arquitetura medieval. Atualmente, possui cerca de 25 mil habitantes, porém a maior parte mora nas regiões circundantes.

Apenas seis mil moram na cidade, localizada no alto da encosta montanhosa.

Assis abriga um Patrimônio da Humanidade: a Basílica de São Francisco, dividida em duas partes: Basílica Inferior e Basílica Superior. A parte inferior foi construída em meados de 1230, e ali são guardados os restos mortais do Padroeiro. A parte superior foi concluída poucos anos depois em estilo gótico italiano. ●

Fonte: João Carlos Koehler
Delegado Regional do CRMV-PR em Cascavel

STF desobriga produtor rural de recolher Funrural

Em decisão histórica, o Superior Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade do recolhimento do Funrural sobre a receita bruta de comercialização, o qual estava previsto no artigo 1º, da Lei Federal nº 8.540/1992.

A decisão beneficia somente o Frigorífico Mataboi S/A e uma subsidiária sua, quando do julgamento de Recurso extraordinário em 03/02/2010, a qual contrariou decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da sentença proferida em 1º grau.

A Advocacia Geral da União, frente aos riscos de outras ações do gênero, tentou defender

os interesses do INSS, pedindo que os efeitos do acórdão fossem "modulados", ou seja, aplicados aqui para diante. Entretanto, o Pleno do STF, entendeu o direito das partes em receber os valores pagos indevidamente de forma retroativa.

A ministra Ellen Gracie votou pela modulação da decisão, justamente para evitar uma possível enxurrada de ações na Justiça de Primeiro Grau que, contudo, foi voto vencido.

Por outro lado, o ministro Cezar Peluso afirma que a contribuição ao Funrural representa uma dupla tributação, uma vez que o produtor rural que trabalha em regime

familiar, sem empregados, é um segurado especial que já recolhe, por força do Artigo 195, parágrafo 8º, uma contribuição sobre o resultado da comercialização de sua produção para ter direito a benefícios previdenciários.

Destarte, abre-se a perspectiva para que outros produtores rurais pleiteiem futuramente a restituição de valores recolhidos ao Funrural sobre a receita bruta de comercialização nos últimos cinco anos. ●

Carlos Douglas Reinhardt Jr.
Procurador Jurídico CRMV-PR
advogados@crm-pr.org.br

Nova diretoria da Anclivepa-PR é eleita

Entre os planos está o estabelecimento de convênios com empresas de coleta de resíduos e planos de saúde, por exemplo, com custos diferenciados para associados.

A nova diretoria que comandará a Anclivepa-PR no triênio 2010/2012 foi eleita e tomou posse dia 16 de dezembro do ano passado. A atual gestão reúne novos membros com nomes da antiga diretoria. O novo presidente, Alexandre Schmaedecke, participa pela primeira vez da direção da entidade. "Com um novo ânimo, agora queremos fortalecer a Anclivepa-PR, através da ampliação do número de associados, parcerias com outras entidades e promoção intensificada de cursos e palestras em todo o Estado", frisa Schmaedecke.

Entre os planos está o estabelecimento de convênios com empresas de coleta de resíduos e planos de saúde, por exemplo, com custos diferenciados para associados. A interiorização da Anclivepa-PR também é um objetivo a ser alcançado, diz Alexandre, pois a troca de informação de profissionais é sempre muito benéfica. Para isto, a associação passará a participar dos Seminários de RT com o intuito de divulgar a entidade. "Com iniciativas desta natureza esperamos que o número de clínicos veterinários filiados aumente para 500", comenta o presidente. Hoje a Anclivepa-PR congrega 200 médicos veterinários associados.

Alexandre Schmaedecke é doutor em Cirurgia Ortopédica, pela Universidade de São Paulo (USP). No período em que esteve na capital

paulista trabalhou no Hospital Koala, um dos maiores do Brasil. Lá, ele também participou de atividades da Anclivepa-SP. Após terminar o doutorado, Alexandre retornou a Curitiba em 2008, quando ingressou como docente na Universidade Federal do Paraná. Atualmente, presta serviços a várias clínicas e hospitais veterinários em cirurgias ortopédicas.

Educação Continuada

Para este ano, a Anclivepa-PR promoverá seis cursos: Ortopedia (2ª Turma), Anestesiologia (2ª Turma), Cirurgia de Tecidos Moles, Clínica Médica, Diagnóstico por Imagem e Cirurgias Descompressivas da Medula Espinhal. Já as palestras previstas serão sobre Clínica e Cirurgia de Abdome, Clínica e Cirurgia do Tórax, Oftalmologia e Pacientes em Internamento. As datas e locais ainda não estão definidos.

"Também queremos candidatar Curitiba a cidade sede do Congresso da Anclivepa para o ano de 2012. Isto facilitará a participação dos profissionais paranaenses no evento, que é um dos principais para os clínicos de pequenos animais", antecipa Alexandre.

Tabela Anclivepa-PR

Uma das primeiras ações da nova diretoria foi extinguir a Tabela de Valores Referenciais da Anclivepa-PR. O novo presidente

justifica que o fato se deve a que "muitos profissionais acreditavam que os valores expostos na tabela eram os valores máximos a serem cobrados, quando na realidade era justamente o oposto. Aqueles eram os valores mínimos que deveriam ser adotados em cada procedimento, pois levavam em conta custos de materiais e operacionais. A tabela estava limitando o mercado". ●

Gestão 2010/2012

Presidente:

Alexandre Schmaedecke

Vice-presidente:

Stefan René Schwanz

1º Tesoureiro:

Roberto Luiz Lange

2º Tesoureiro:

Gilson Melo Rocha

1º Secretário:

José Carlos Kloss Filho

2º Secretário:

Edgar Carvalho

Diretor científico:

Tilde Rodrigues Fróes

Conselho Científico:

Paulo R. Klaumann, Thiago Sillas e Christiane Prosser.

Conselho Deliberativo:

Marcelus N. Sanson, Jorge Luiz Schemiko e Elgio João Pressoto

Alimentação para ruminantes ganha normas de fiscalização

Os procedimentos que devem ser adotados para fiscalizar alimentos para ruminantes (ovinos, caprinos e bovinos, por exemplo) em estabelecimentos de criação estão previstos na Instrução Normativa nº 41/2009. A IN também trata da destinação de ruminantes que tiveram acesso a alimentos compostos por subprodutos de origem animal que são proibidos na sua alimentação. O controle da alimentação desses animais integra a política de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no País, doença também conhecida como mal da vaca louca, que não existe no Brasil.

Com a norma, as autoridades de defesa sanitária animal brasileiras estão orientadas a fazer a coleta e o envio das amostras de alimentos para ruminantes aos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, para realizar o teste de detecção de subproduto de origem animal.

A norma determina que o alimento suspeito de conter ingredientes proibidos na alimentação de ruminantes seja colhido pelo funcionário do serviço veterinário oficial, na presença do proprietário fiscalizado ou de seu representante

legal. As amostras colhidas são enviadas para análise laboratorial e submetidas ao teste de detecção de subproduto de origem animal. O resultado dessa análise será comunicado, com registro do recebimento, ao proprietário do criadouro fiscalizado.

Durante a fiscalização, os ruminantes passíveis de acesso ao alimento contaminado são identificados individualmente e listados em formulário específico, que também consta na IN 41. Se confirmada presença de ingredientes proibidos no alimento, esses ruminantes devem ser abatidos em até 30 dias após o recebimento do resultado laboratorial pelo proprietário pelo serviço veterinário oficial na propriedade.

Esses procedimentos não serão aplicados na coleta de rações comerciais para ruminantes e que estejam devidamente embaladas e registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e prontas para uso, encontradas nesses estabelecimentos de criação sujeitos à fiscalização. ●

Fonte: Mapa

CRMV-PR regulariza publicidade

Com o intuito de uniformizar os procedimentos na divulgação das profissões, foi instituída no mês de janeiro a Comissão de Ética e Publicidade da Medicina Veterinária e da Zootecnia do CRMV-PR. Segundo o presidente do Conselho, Masaru Sugai, "a Comissão servirá para assessorar a Diretoria Executiva e o Plenário em assuntos ligados à ética e à publicidade, sugerir temas e apontar soluções".

Entre as primeiras iniciativas, está a postagem no dia 4 de fevereiro do Ofício Circular CRMV-PR/SF/016/2010 aos estabelecimentos veterinários (consultórios, clínicas e hospitais), informando sobre os critérios para a normatização da publicidade, os quais são previstos pela Resolução CFMV 780/2004.

As placas indicativas de estabelecimentos médicos veterinários, os anúncios e impressos devem conter dizeres compatíveis com os princípios éticos, não

implicando em autopromoção. O prazo para adequação é de 180 dias, a contar do envio do documento. Os estabelecimentos que não fizerem as correções neste período poderão ser autuados pela Seção de Fiscalização do CRMV-PR. ●

Fique atento!

Os materiais de divulgação dos estabelecimentos devem se restringir a:

- Nome do profissional e número de inscrição no CRMV-PR;
- Especialidade comprovadas;
- Título de formação acadêmica mais relevante;
- Endereço, telefone, horário de trabalho, convênios e credenciamento;
- Serviços oferecidos diretamente pelo estabelecimento.

Manual Prático para Identificação de Equinos

No mês de março, a Editora BemAmostra lançou o livro "Manual Prático de Identificação de Equinos", de autoria do médico veterinário paranaense Valdir Roberto Tonin. "O livro aborda várias formas de identificação de animais, desde a pelagem até a marcação com microchip, que hoje é a mais moderna. Acredito que este seja o primeiro manual editado no Brasil a reunir todas estas informações num único exemplar", frisa Tonin. O objetivo é disponibilizar aos profissionais e criadores informações práticas, concisas e de forma facilitada.

O livro faz uso de recursos de zoom em imagens, cores e sombreados para salientar peculiaridades dos animais, como pelagens e cascos, por exemplo. A diagramação foi orientada para que todos os dados dispostos no livro sejam de rápido acesso para o leitor.

Valdir Tonin trabalha há mais de 25 anos com equinos. Acumula experiência de médico veterinário capitão da Polícia Militar e atualmente trabalha na Sociedade Hípica Paranaense. ●

Interessados em adquirir o Manual Prático devem entrar em contato com a Editora pelo telefone (41) 3203.1960 (Afonso ou Manoela)



Leishmanioses no Paraná



stock.xchng + Abissal

No dia 20 de novembro, a Comissão de Zoonoses e Bem-Estar Animal do CRMV-PR promoveu o seminário “A *Leishmania* no Paraná”, visando informar e orientar os profissionais médicos veterinários e de outras áreas de saúde sobre a situação dessa zoonose no estado. Alguns dos temas apresentados são abordados a seguir:

Vetores

Os insetos responsáveis pela transmissão dos protozoários causadores das leishmanioses em humanos e animais, cujas fêmeas se alimentam de sangue, pertencem à família *Phlebotominae* (*Diptera: Psychodidae*). Estes pequenos insetos também são responsáveis pela disseminação da bartonelose, nos altiplanos andinos, e de várias arboviroses com ocorrência inclusive no Brasil. Conforme a região onde são encontrados, recebem nomes populares como,

tatuquira, mosquito palha, asa dura, asa branca, cangalhinha, birigui e anjinho.

Nas Américas são descritas aproximadamente 500 espécies de flebotomíneos, enquanto que no Brasil, são conhecidas entorno de 229 espécies. No Paraná, onde são descritas em torno de 50 espécies, predominam *Nyssomyia neivai*, *Ny.whitmani* e *Migonemyiamigonei*, espécies incriminadas na transmissão da *Leishmania (Viannia) braziliensis*, agente etiológico da Leishmaniose Tegumentar Americana. Estes flebotomíneos ocorrem principalmente no norte pioneiro, norte central e noroeste do Estado. *Nyssomyia intermedia*, considerada um importante vetor no sudeste do Brasil, ocorre também no litoral paranaense.

Lutzomyia longipalpis é considerada a principal vetora do agente etiológico causador da leishmaniose visceral. As pesquisas entomológicas realizadas até o

momento no Paraná, não detectaram a presença desta espécie. Mas, capturou-se *Lu. gaminarai*, espécie morfológicamente semelhantes ao *longipalpis*. A presença de *Lu. Gaminarai* no Paraná alerta para a necessidade de estudos do seu comportamento, inclusive em relação à sua competência vetorial do agente da Leishmaniose Visceral.

Leishmaniose Tegumentar Americana

A Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) é uma doença infecciosa, não contagiosa, causada por protozoário do gênero *Leishmania*, que acomete pele e mucosa; é primariamente uma infecção zoonótica afetando animais silvestres ou domésticos (reservatórios naturais), sendo o homem envolvido secundariamente. O modo de transmissão habitual é através da picada de insetos que podem pertencer a várias espécies de flebotomíneos,

de diferentes gêneros dependendo da localização geográfica. No Paraná é uma doença endêmica, com transmissão em várias regiões, principalmente no Vale do Rio Ribeira e Bacia do Rio Ivaí, ocorre também em todo o Norte do Paraná e nas Regiões Oeste e Sudoeste. Não há registro de transmissão no litoral e na região Sul.

Os cães são afetados pela Leishmaniose Tegumentar da mesma maneira que os seres humanos, ou seja, acidentalmente, e não são considerados reservatórios naturais. Isso quer dizer que não podem ser incriminados na transmissão da doença porque os flebotomíneos que a transmitem não se contaminam ao picar o cão ou um ser humano doente de LTA. Portanto, não há necessidade de se realizar controle do número de cães doentes em nosso Estado. Segundo o Sistema Nacional de Agravos de Notificação, os números de casos de Leishmaniose Tegumentar Humana no Paraná nos últimos anos foram: 2003 - 936 casos; 2004 - 651 casos; 2005 - 503 casos; 2006 - 453 casos e 2007 - 556 casos.

Leishmaniose Visceral

A Leishmaniose Visceral – LV é uma zoonose de transmissão vetorial, que pode se transformar em antroponose, quando o ser humano entra em contato com o ciclo de transmissão do parasito. O cão é o principal reservatório doméstico da *Leishmania (Leishmania) chagasi* e importante fonte de infecção, os vetores são flebotomíneos, e duas espécies, entre outras, estão relacionadas como transmissoras: *Lutzomyia cruzi* e principalmente a *Lutzomyia longipalpis*. Doença de alta letalidade em pacientes imunodeprimidos, crianças desnutridas e indivíduos não tratados. É mais frequente em menores de 10 anos. No Brasil registra-se anualmente uma média de 3.370 casos, com 7,4% de letalidade. Os casos se concentram em áreas peri-urbanas e urbanas de municípios de médio e grande porte.

A LV encontra-se em franca expansão territorial e de magnitude, e está distribuída em 20 Unidades Federadas com incidência de 2,00 casos por 100.000 habitantes.

Não há registro de ocorrência de casos autóctones no Paraná, e ainda não houve êxito na pesquisa dos vetores

incriminados na transmissão, porém casos importados humanos e caninos são detectados, e provavelmente ocorre subnotificação, pois a maioria dos médicos e médicos veterinários não tem casuística suficiente para incluir a LV em seu diagnóstico diferencial.

Há relatos de surtos no Norte da Argentina, Paraguai, e nos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, o que torna a situação epidemiológica do Paraná muito preocupante, pois há risco de introdução em nosso território caso as condições propícias para transmissão se estabeleçam (reservatório animal – vetor competente – hospedeiro suscetível). Neste panorama, são necessárias ações integradas de vigilância em três áreas de trabalho: Clínica Veterinária, Entomologia e Assistência à Saúde.

Em 2008, foram notificados cinco casos de Leishmaniose Visceral Humana no Paraná, todos importados de outros estados do Brasil. Os casos de cães doentes, portadores de Leishmaniose Visceral, em nosso território, devem ser notificados pelo médico veterinário, através da Ficha de Notificação Mensal (FEM) ao Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária, da SEAB-PR. Até a presente data não houve casos de transmissão da Leishmaniose Visceral em cães no Paraná, e todos os casos investigados foram importados de outros estados.

Devido ao fato de não haver a ocorrência de Flebotomíneos transmissores de Leishmaniose Visceral em nosso estado, não são recomendadas medidas de controle animal no Paraná.

Lembra-se ainda que é proibido o tratamento de Leishmaniose Canina (LTA e LV) com medicamentos de uso humano ou não registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme Portaria Interministerial N° 1.426/2008.

Responsabilidade do Médico Veterinário

O Médico Veterinário tem uma grande responsabilidade em relação ao monitoramento, controle e tratamento das leishmanioses. No caso da Leishmaniose Visceral, a preocupação em relação à infecção de caninos domésticos é grande, pois o Paraná

faz fronteira com dois estados com áreas endêmicas desta zoonose – São Paulo e Mato Grosso do Sul – além da grande circulação de animais domésticos provenientes de outros estados.

Nesse caso, o clínico de pequenos animais, principalmente, deve estar atento aos sintomas em pacientes provenientes dessas localidades, preparado para realizar a coleta e envio do material para diagnóstico e orientar os proprietários quanto à gravidade da doença e às perspectivas de tratamento, como, também, notificar as autoridades sanitárias do município.

No caso do tratamento, o profissional estará diante de um dilema, pois ele não é recomendado pelo Ministério da Saúde, o qual determina o sacrifício de animais soropositivos. Portanto, é necessário que o profissional participe ativamente na prevenção das Leishmanioses no Paraná e atue junto às entidades de classe para buscar alternativas de tratamento em cães que sejam autorizadas pelas autoridades sanitárias, como ocorre em outros países.

Devido à baixa ocorrência de pacientes com Leishmaniose Visceral no estado, a maioria dos clínicos de pequenos animais não está preparada para enfrentar esse desafio. Dessa forma, é necessário que ele fique atento à possibilidade do surgimento de casos, pois ele pode ser o primeiro profissional a identificar e notificar a sua presença, sendo um importante agente da vigilância epidemiológica da patologia.

Também a Anclivepa-PR recomenda aos clínicos veterinários que se mantenham atualizados quanto a questão da leishmaniose. A observação, durante a anamnese, da procedência do paciente com lesões cutâneas, mesmo sem diagnóstico conclusivo, deverá ter atenção redobrada. Recomenda, ainda, que os profissionais utilizem a estrutura da Rede LEISHPAR para auxílio ao diagnóstico e lembra que a vacinação deverá ser criteriosa, sempre precedida de teste sorológico que comprove a inexistência da infecção. ●

Allan da Silva Martins - Biólogo SESA/PR
Alceu Biseto - Médico SESA/PR
Roberto Lange - Méd. Vet. ANCLIVEPA-PR
Leonardo Nápoli - Méd. Vet. CZEBEA-CRMV

Leishmaniose Visceral: Vacinar ou Não?

Documento aprovado como conclusão do evento técnico da Comissão de Zoonoses e Bem-estar Animal "A Leishmania no Paraná: Seminário da Comissão de Zoonoses e Bem-estar Animal promovido pelo CRMV-PR no dia 20 de novembro de 2009.

No Brasil existem dois tipos nosogeográficos de Leishmaniose: Tegumentar e Visceral. Ambas são zoonoses tendo os animais silvestres e domésticos como reservatórios primários ou secundários. Os parasitos são obrigatoriamente transmitidos por vetores que são fêmeas hematófagas, pertencentes à família *Psychodidae* e ao gênero *Lutzomyia*. Seu ciclo evolutivo é caracterizado por apresentar duas formas: a amastigota, que é parasita intracelular obrigatório em macrófagos de vertebrados. A forma promastigota desenvolve-se no tubo digestivo do seu vetor e em meios de culturas artificiais.

A Leishmaniose Tegumentar (LT) pode manifestar-se sob a forma cutânea, cutâneomucosa, mucosa ou difusa. Classicamente a doença apresenta-se como úlcera com bordos salientes e fundo granuloso. Em pacientes que não recebem tratamento ou tratamento incompleto, poderá atingir a região nasobucofaríngea. Os agentes etiológicos de maior distribuição no Brasil são *Leishmania (Viannia) braziliensis*, responsável pela forma cutânea e *L. (Leishmania) amazonensis* causadora da forma

difusa. Várias espécies de *Lutzomyia* são consideradas vetoras. A LT está amplamente distribuída nos diferentes estados do Brasil com média anual de 35.000 casos, sendo que no Paraná ocorrem em média 600 a 1.000 casos humanos/ano.

A Leishmaniose Visceral (LV) é causada por um protozoário do gênero *Leishmania chagasi* e caracteriza-se pela visceralização do agente, podendo invadir baço, fígado, medula e intestino. A transmissão dá-se pela picada do vetor: *Lutzomyia longipalpis*. A doença é endêmica, e está presente em 18 dos 27 estados da federação com a ocorrência frequente de surtos. A maior incidência ocorre no Nordeste com 92% do total de casos, seguido pela região Sudeste (4%), a região Norte (3%), e a região Centro-Oeste (1%). Recentemente foi observada ocorrência de LV em humanos e cães no estado do Rio Grande do Sul, próximo a fronteira com a Argentina, onde se registra, assim como no Paraguai, transmissão autóctone. Doença inicialmente de distribuição rural, está em franca expansão em áreas urbanas no Brasil a exemplo de Campo Grande (MS) e Belo Horizonte (MG).

No estado do Paraná apenas a leishmaniose cutânea é autóctone, tendo como agente etiológico *L. (V.) braziliensis*. Focos endêmicos são encontrados em zona rural ou regiões periurbanas de quatro regiões: Vale

da Ribeira; Norte do Estado, Região Central e Região Oeste. Os principais vetores são *Lu. whitmani* e *Lu. intermedia sl.*

Quanto à LV no estado do Paraná, foram registrados três casos de LV Humana nos últimos cinco anos, todos importados, e vários casos de LV Canina foram diagnosticados em clínicas veterinárias em todo estado. Estes casos foram confirmados laboratorialmente, com isolamento e identificação do parasito, porém foram definidos como importados de várias regiões endêmicas do país, após a investigação epidemiológica (SESA-PR).

Os estudos com flebotomíneos no Paraná iniciaram na década de 1950. A partir destas pesquisas, até o momento, foram coletados e identificados mais de 1.300.000 adultos (díptera: *Psychodidae*), porém não foram encontradas *Lutzomyia longipalpis* (Lutz & Neiva), a espécie vetora do protozoário causador da leishmaniose visceral. Recentemente, em um levantamento da fauna de flebotomíneos realizado pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR), seguindo as metodologias preconizadas pelo Ministério da Saúde, foi registrada a ocorrência de 51 espécies de flebotomíneos no Paraná, incluindo apenas espécies de importância epidemiológica para Leishmaniose Tegumentar Americana. ●

O que fazer se o veterinário encontrar um cão suspeito de Leishmaniose Visceral no Paraná?

Quando houver suspeita clínica de LV em animais domiciliados, o clínico veterinário pode solicitar, através da Secretaria Municipal de Saúde da sua cidade, o envio de amostra para exame no Laboratório Central do Estado do Paraná - Lacen-PR, acompanhada da identificação do paciente e das informações epidemiológicas e clínicas necessárias para a definição

do caso; e principalmente, o histórico de deslocamentos para áreas endêmicas de LV.

Para evitar dúvidas na conduta que se deve ter com relação à L.V. sugere-se aos clínicos veterinários que avaliem criteriosamente o uso ou não da vacina contra LV, observando dados técnicos de

distribuição da doença fornecida pelo Ministério da Saúde.

Fica a critério do clínico veterinário decidir junto com o proprietário o uso desse imunobiológico em cães que irão realizar deslocamento para regiões reconhecidas endêmicas e sempre precedido por testes sorológicos que comprovem a inexistência de infecção. ●

OIE e a educação em Medicina Veterinária: foco no ensino de bem-estar animal

Em um esforço que se iniciou em 2008, a Organização Mundial para Saúde Animal (OIE) promoveu ampla discussão sobre o ensino da Medicina Veterinária. Dois aspectos principais de tal discussão foram a conferência *Evolving Veterinary Education* (Educação Veterinária em Desenvolvimento), Paris, outubro/2009, e a publicação de um número temático da sua revista oficial. O cerne da questão compreende a demanda em relação ao exercício da veterinária: trata-se de demanda dinâmica, cuja velocidade de remodelagem se acentuou nas últimas décadas. Em palavras simples, espera-se hoje que o veterinário, além de continuar atendendo as demandas tradicionais, faça mais. Quais são as novas expectativas? Alguns exemplos envolvem questões de saúde pública face às doenças emergentes, questões relativas a bem-estar animal e a sustentabilidade ambiental. Adicionalmente, a sociedade espera que o veterinário, além de conhecedor dos aspectos técnicos de tais questões, esteja pronto para assessorar a construção de juízos éticos. Parece uma sobrecarga de atribuições; entretanto, tal é a dimensão da nossa profissão.

Voltado ao entendimento das melhorias necessárias ao ensino da Medicina Veterinária, o volume 28, número 2, do periódico oficial da OIE, reúne 48 artigos (disponíveis na íntegra em www.oie.int) que oferecem razões para alterações curriculares nas mais de 500 escolas de Medicina Veterinária existentes no mundo. Em várias instituições, são necessárias mudanças acentuadas, sendo responsabilidade de cada escola o reconhecimento e o alcance dos objetivos propostos (Walsh, 2009). Assim, espera-se que aqueles ligados ao ensino da Medicina Veterinária se apropriem das informações e reflexões contidas nesse compêndio da OIE e as coloquem em prática.

Os artigos foram agrupados em sete seções: introdução, ambiente para mudança, educação veterinária global essencial para todos os veterinários formados, mudando a perspectiva dos alunos sobre a importância da educação veterinária global, perspectivas

globais para a integração da saúde pública veterinária ao currículo, abordagens modernas para alcançar a melhoria da educação veterinária global e direção para o futuro. Em seus vinte artigos, a seção sobre educação veterinária global essencial apresenta temas como medicina de peixes e animais silvestres, segurança alimentar, saúde pública e bem-estar animal. Para esta última área, foco principal deste texto, a seção reserva dois artigos (Main et al., 2009; Molento & Calderón, 2009), os quais sedimentam o caráter essencial do ensino de bem-estar animal para o futuro médico veterinário.

Reforçando tal caráter, em sua palestra durante a conferência, o presidente da Associação Mundial de Veterinária Tjeerd Jorna propõe uma estrutura para representar a base que sustenta a Medicina Veterinária atual (Figura 1). Assim, o aprendizado na área de bem-estar animal constitui uma das três pilstras que, alicerçadas na educação durante a graduação, permitirão o exercício profissional adequado.

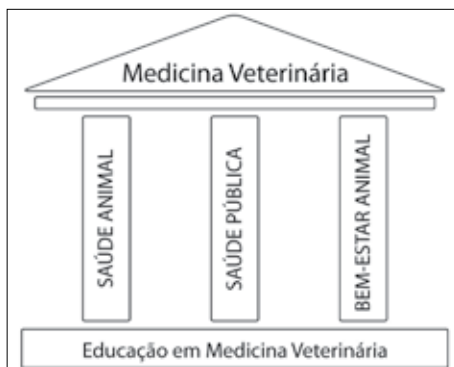


Figura 1. Excerto da palestra Competências ao Primeiro Dia do Veterinário Global (Jorna, 2009), conferência *Evolving Veterinary Education*, Paris, outubro de 2009.

Em termos de bem-estar animal, buscando uma síntese dos artigos mencionados, pode-se salientar que:

- Seu ensino formal é de necessidade crescente nos cursos de Medicina Veterinária do mundo todo;

- Há necessidade de disciplina obrigatória de bem-estar animal nos cursos de Medicina Veterinária;
- O entendimento e a incorporação prática de conceitos e questões de bem-estar animal são essenciais para o exercício da Medicina Veterinária.

A existência de textos sobre ensino de bem-estar animal, como os artigos mencionados acima e o número temático sobre bem-estar animal do *Journal of Veterinary Medical Education*, volume 32, número 4, de 2005, pode balizar a criação da disciplina.

Ao final, vale lembrar que a manutenção da educação em Medicina Veterinária em sintonia com as demandas da sociedade é essencial para que nossa profissão possa cumprir o papel que lhe cabe na construção de um mundo mais desenvolvido, no sentido técnico e ético. ●

Referências

- Jorna, T. Global Veterinary Day-one Competencies. Palestra proferida na Conferência *Evolving Veterinary Education*, OIE, Paris, 12 a 14 de outubro de 2009. Disponível em: http://www.oie.int/eng/A_DEANS2009/ptt_deans/wensday/JORNA-Paris%20oct.%202009%20new.pdf.
- Walsh, D. Introduction: Accomplishing essential curricular change. *Rev. sci. tech. Off. int. Epiz.*, v. 28, n. 2, p. 451-454, 2009.
- Main, D.C.J.; Appleby, M.C.; Wilkins, D.B.; Paul, E.S. Essential veterinary education in the welfare of food production animals. *Rev. sci. tech. Off. int. Epiz.*, v. 28, n. 2, p. 611-616, 2009.
- Molento, C.F.M.; Calderón, N. Essential directions for teaching animal welfare in South America. *Rev. sci. tech. Off. int. Epiz.*, v. 28, n. 2, p. 617-625, 2009.

Carla Forte Maiolino Molento

Comissão de Zoonoses e Bem-estar Animal
(CZBEA/CRMV-PR)
carlamolento@yahoo.com

Hipertensão Arterial Sistêmica: Uma doença silenciosa



A hipertensão arterial refere-se ao aumento persistente da pressão arterial sistêmica (6). É uma doença que acomete cães e gatos, porém é pouco diagnosticada devido à falta de hábito dos médicos veterinários em mensurar a pressão arterial de seus pacientes (2). É caracterizada por pressão arterial sistólica superior a 180 mmHg nos cães e gatos assintomáticos; em pelo menos três medidas em momentos distintos ou nos casos de pressão arterial sistólica acima de 170 mmHg em pacientes sintomáticos (1, 4).

A hipertensão sistêmica é classificada em primária (essencial) ou secundária a outras doenças como nefropatias crônicas, diabetes *mellitus*, obesidade, trauma do SNC, hipertireoidismo e hiperadrenocorticism (3, 6, 7). Pode gerar complicações como cegueira, hemorragias oculares, glaucoma, descolamento de retina, síncope, convulsões, deterioração na função renal, epistaxe, hipertrofia de ventrículo esquerdo e sopros cardíacos (6, 7).

A mensuração da pressão arterial pode ser feita de maneira direta ou invasiva (6, 7). No dia a dia do médico veterinário utiliza-se o método indireto de mensuração (doppler vascular associado a um esfigmomanômetro – método ultra-sônico com doppler), já que este é de rápida obtenção, é um método seguro para mensuração da pressão arterial sistólica, indolor e não necessita de sedação do paciente (6, 7).

É importante ressaltar que a hipertensão arterial sistêmica é um “mal silencioso”, ou seja, pode estar presente num paciente sem que este apresente qualquer sintomatologia clínica. Porém este mal pode acarretar em prejuízos ao coração, ao cérebro, aos olhos e aos rins, muitas vezes fatais (1, 4).

O tratamento da hipertensão arterial sistêmica não emergencial pode incluir o uso de agentes vasodilatadores, betabloqueadores, diuréticos; bem como a associação com dietas hiposódicas.

(1, 5, 7) No geral os inibidores da enzima de conversão da angiotensina são os medicamentos de escolha no tratamento da hipertensão arterial nos cães e os bloqueadores dos canais de cálcio (isoladamente) nos gatos (6).

Com a mensuração da pressão arterial sistêmica temos maior segurança no uso de diversos medicamentos pré-anestésicos e anestésicos nos procedimentos cirúrgicos, diagnóstico e efetivo tratamento de doenças renais, cardiovasculares, oculares e de sistema nervoso central bem como da hipertensão arterial primária; garantindo assim benefícios a vida de nossos pacientes. ●

Referências bibliográficas:

- 1- BROWN, S. A. Systemic hypertension: Kidney as a target organ. *Annual Veterinary Medical Forum*, v. 19, p. 117-118, 2001.
- 2- CARR, A. P. Mensuring blood pressure in dogs and cats. *Veterinary Medicine*, v. 96, n. 2, p. 135-143, 2001.
- 3- COOKIE, K. L.; SNYDER, P. S. Diagnosing systemic hypertension in dogs and cats. *Veterinary Medicine*, v. 96, n. 2, p. 145/149, 2001
- 4- HENIK, R. A. Systemic hypertension and its management. *Veterinary Clinics of North America: small Animal Practice*, v. 27, n. 6, p. 1355-1372, 1997.
- 5- KITTLESON, M. D.; LIENLE, R. D. Pulmonary arterial and systemic arterial hypertension. *Small Animal Cardiovascular Medicine*, p. 433-448, 1998.
- 6- NELSON, R. W.; COUTO, C. G. Hipertensão Arterial Sistêmica. In: *Medicina Interna de Pequenos Animais*, 3ª ed., p. 193-199, 2005.
- 7- TILLEY, L. P.; GOODWIN, J. K. Systemic Hypertension. In: *Manual of Canine and Feline Cardiology*, 3a ed, p. 337 -344, 2001.

Patricia Mara Dainesi Addeo

Méd. Vet. Autônoma, Pós-graduanda em
Cardiologia (Anclivepa-SP)

Carla Krüger

Graduanda em Med. Vet. (UFPR)
pdavet@yahoo.com.br

Alimento seguro na mesa

As empresas do ramo de alimentos de origem animal precisam estar atentas na aplicação das medidas para destinar ao consumidor um produto que garanta satisfação e, principalmente, segurança.

Quando o assunto é qualidade em empresas de alimentos, a adequação hoje em dia às normas de boas práticas de fabricação é inquestionável, o que não ocorria num passado tão remoto. Segundo informações da médica veterinária Ivana Saldanha Mikilita, mestre em Tecnologia de Alimentos, antes da Revolução Industrial, não havia controle e era o dono quem estipulava a qualidade dos produtos. A partir do ano 1900, iniciou a era da inspeção motivada pela competitividade e pelo interesse no cliente. A massificação da produção e o processo como foco de controle foram impulsionados nas décadas de 40 e 50. Com o passar dos anos, os processos passaram por modernizações, as quais culminaram em 1987 com a aprovação da Norma ISO 9.000, adotada mundialmente nos anos seguintes. Após a abertura das fronteiras pela globalização, as regulamentações ficaram mais rigorosas.

Garantir a conformidade dos produtos alimentícios e a qualidade sanitária é um quesito que abrange as boas práticas desde o momento da fabricação até o manuseio diário.

Os procedimentos que devem ser adotados pelos serviços de alimentação a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária estão previstos na Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 216/2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A adoção de procedimentos adequados evita a disseminação de doenças em virtude da contaminação de alimentos. Com o objetivo de adequar os estabelecimentos às exigências legais, o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIP/POA), da Secretaria da Agricultura do Paraná (SEAB-PR), fiscaliza o processo de produção de alimentos e ou produtos de origem animal. Segundo a médica veterinária chefe da Área de Carnes da Secretaria, Ana Lucia Menon, os estabelecimentos cadastrados no SIP/POA são obrigados a possuir um profissional responsável técnico (RT) e também a apresentar o Manual de Boas Práticas de Fabricação.

O Manual de Boas Práticas é o documento que descreve as operações realizadas pelo estabelecimento, incluindo, no mínimo, os requisitos higiênico-sanitários dos edifícios; a manutenção e higienização das instalações, dos equipamentos e dos utensílios; o controle da água de abastecimento; o controle integrado de vetores e pragas urbanas; a capacitação profissional; o controle da higiene e saúde dos manipuladores; o manejo dos resíduos; e o controle e garantia de qualidade do alimento preparado.

Em todo o Estado são realizadas auditorias pelo SIP/POA em que as indústrias são orientadas quanto às providências a serem tomadas e a verificação de planilhas, relatórios, e outros materiais para o acompanhamento do trabalho técnico. “A implantação das medidas é para prevenir que o produto ofereça riscos. Em produto de origem animal é difícil fazer um *recall*, como se faz nos automóveis por exemplo. É preciso trabalhar na medida preventiva”, salienta Ana Lúcia.

Para o fiscal federal agropecuário Carlos Roberto Conti, as empresas que já elaboraram o seu Manual de Boas Práticas evoluíram. “A função do médico veterinário é garantir a segurança do consumidor”, afirma Conti. Todos os procedimentos com produtos de origem animal devem ser monitorados pelo profissional. A indústria, a partir da legislação, contrata o RT, que por sua vez tem a função de garantir as boas práticas na produção.

Para isso, o Manual desenvolvido divide-se em subitens que determinam procedimentos de padrões de higiene, que propõe esclarecer a limpeza e manutenção do ambiente; sistemas pré e pós-operacional, determina como fazer o manuseio do produto, a partir do Procedimento Padrão de Higiene Operacional e evolui para a aplicação de Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle. “O médico veterinário precisa conhecer todos os procedimentos. Ele indica como manter o alimento seguro”, aponta Conti. As Boas Práticas também atendem as exigências do Código de Defesa do Consumidor.

Mas para que a aplicação do Manual de Boas Práticas obtenha êxito, nas indústrias é realizada a fiscalização pelos Serviços de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal (SIF, SIP ou SIM), e os Conselhos Regionais são responsáveis pela fiscalização dos profissionais.

“Fazer o Manual de Boas Práticas de Fabricação é obrigatório, porém não adiantará de nada apenas elaborá-lo e não aplicar. Por si só a existência do Manual de Boas Práticas não garante a inocuidade dos produtos alimentares e a segurança dos consumidores. O papel do RT é essencial para a implantação e controle das diretrizes”, lembra o professor Homero Rogério Arruda Vieira, médico veterinário mestre em Saúde Pública e membro do Comitê Editorial da Revista Higiene Alimentar.

Arturo Barmann, médico veterinário desde 1996, adquiriu experiência como responsável técnico num frigorífico da Grande Curitiba. Atualmente trabalha em uma empresa, ligada à produção de alimentos, que desenvolve produtos para laboratórios na área de microbiologia.

O profissional acredita que os padrões de trabalho do RT devem partir do cumprimento das regras estabelecidas para garantir a qualidade na produção. Barmann afirma que os procedimentos padrões de questões operacionais, higiene no manuseio dos produtos e materiais, estão diretamente ligados ao bom funcionamento da área nas empresas. “A presença constante do profissional nos processos de fabricação é fundamental, não somente na área técnica. O Responsável Técnico deve também compartilhar conhecimentos de modo a treinar os demais profissionais do setor, para que em sua ausência possam manter as técnicas corretas”, afirma Barmann.

A aplicação do Manual de Boas Práticas é tida por ele também como uma ferramenta de função importantíssima, desde que, elaborado de forma correta. “No manual existe a padronização dos procedimentos. Desde que seja aplicado na sua essência,

“Em todo mundo, tem sido inúmeros os registros de casos de problemas da saúde associados aos alimentos de origem animal (infecções, intoxicações, toxinoses, infestações e alergias) e na maioria das vezes são problemas decorrentes de falhas no ciclo desses alimentos, da produção ao consumo, que a adoção de boas práticas pode prevenir e/ou resolver”, salienta Homero.



PR adere ao Sisbi

Foi assinada no dia 19 de março uma portaria que incluiu o Paraná no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi). O Estado foi o primeiro a ser cadastrado no sistema e, com a inclusão, o órgão sanitário paranaense fica autorizado a fiscalizar e credenciar agroindústrias para vender produtos animais em outros mercados do País. Anteriormente, somente empresas submetidas ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) poderiam obter a autorização.

Na portaria, assinada pelo secretário nacional da Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz, o governo federal reconhece a equivalência dos serviços de inspeção sanitárias das duas áreas. Para mais informações, consulte a SEAB-PR. ●

seguido à risca, haverá a garantia de uma boa produção”, diz o profissional.

No entanto, segundo Barmann, em muitas empresas o RT é pago de maneira a cumprir a lei, sem a aplicação devida das normas da função e do setor produtivo. Isso faz, em alguns casos, com que a garantia da qualidade não seja colocada em primeiro plano. “A ideia é que o profissional realmente assuma essa função”, complementa. Para isso, ele vê a fiscalização por parte dos órgãos governamentais responsáveis, como um quesito a ser seguido de forma rigorosa. Deve haver monitoramento junto a todas as indústrias alimentícias, para que a função seja exercida e a lei cumprida em todos seus aspectos.

Ana Valéria de Carli é médica veterinária e atua no setor de Vigilância Sanitária, da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, órgão responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal. “Quando o responsável técnico é realmente atuante, muitas melhorias ocorrem dentro das empresas”, diz ela, referindo-se ao profissional RT que exerce a função com ética. “A ética é determinante num bom resultado do trabalho, que tem em vista entre outros aspectos, a qualidade de vida da população”. Para que a consequência da aplicação prática na produção alimentícia seja satisfatória, Ana Valéria aponta dois pontos importantes: “o trabalho do profissional e a aceitação por parte da empresa na aplicação das normas”.

Ela reconhece a concorrência no mercado de trabalho na área, no entanto, diz que o RT deve primar pela ética e também cobrar da empresa o zelo pelas regras. Isto se deve também, ao fato de que o nome do profissional está ligado ao produto, e não havendo a qualidade necessária, denigre o trabalho do RT.

Num âmbito geral, Ana diz que os resultados dentro das indústrias estão sendo satisfatórios. “A maior parte está bem atuante”, afirma. Em relação ao Manual de Boas Práticas, Ana ressalta sua importância. “A aplicação do Manual reflete diretamente na saúde do consumidor. Se não for bem aplicado, pode resultar na contaminação dos produtos destinados à população”, finaliza.

Responsabilidade

A inocuidade dos alimentos é o que todas as empresas do ramo devem sempre

assegurar à população. No entanto, o não cumprimento dos dispositivos legais às vezes acontece e traz resultados indesejáveis.

“Em todo mundo, tem sido inúmeros os registros de casos de problemas da saúde associados aos alimentos de origem animal (infecções, intoxicações, toxinoses, infestações e alergias) e na maioria das vezes são problemas decorrentes de falhas no ciclo desses alimentos, da produção ao consumo, que a adoção de boas práticas pode prevenir e/ou resolver”, salienta Homero.

No Brasil, além das contaminações físicas e químicas, muito comuns, são frequentes casos endêmicos e surtos epidêmicos, inclusive com óbitos, derivados da contaminação por *Staphylococcus aureus*, *Bacillus cereus*, *Clostridium perfringens*, *Salmonella sp.*, *Escherichia coli*, *Proteus sp.*, *Shigella sp.*, *Yersinia enterocolitica*, *Campylobacter jejuni*, *Vibrio parahaemolyticus*, *Listeria monocitogenes*, *Vírus entéricos*, *Rotavirus* e *Agente Norovirus*, *Giardia lamblia*, *Toxoplasma gondii*, *Taenia solium*, *Taenia saginata*, entre outros.

“Nos Estados Unidos, houve o caso de uma cadeia de *fast foods*, conhecida por Jack in the Box, que serviu hambúrgueres contaminados pela bactéria *Escherichia coli O157:H7*; várias pessoas adoeceram e foram registrados mais de uma dezena de óbitos”, continua Homero.

Também há de se considerar exemplos contrários à adoção de Boas Práticas, como as adulterações que também ocorrem em escala significativa em toda parte. No Brasil, recentemente, foi amplamente divulgada a adulteração de leite com adição de soda cáustica, água oxigenada e citrato de sódio em Minas Gerais. Nomeada pela Polícia Federal como Operação Ouro Branco, 27 pessoas foram presas, entre elas o RT da cooperativa.

O Código de Defesa do Consumidor considera alimentos impróprios ao consumo produtos vencidos, deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde e em desacordo com as normas regulamentares (sem registro ou sem inspeção).

“O responsável técnico, caso seja comprovada a negligência, imperícia ou imprudência do profissional na fabricação, produção ou conservação dos alimentos

pode responder nas esferas administrativa, civil e criminal”, alerta o procurador jurídico do CRMV-PR, Carlos Douglas Reinhardt Junior. Na esfera administrativa, lembra o advogado, o RT pode ser penalizado por uma infração ética com uma advertência até a cassação do exercício profissional. Na civil, a condenação pode gerar uma indenização por danos morais e materiais. Já na criminal, que é configurada pela Lei 8.137/1990 – Lei das Relações de Consumo, de dois a cinco anos de detenção e multa. ●

ISO

A ISO (*International Organization for Standardization*, ou Organização Internacional para Normatização) é uma organização não-governamental formada por 159 países, com sede em Genebra (Suíça). É formada por membros da iniciativa privada e também por representantes de órgãos oficiais. O objetivo é promover o consenso em soluções que atendam às necessidades dos negócios e às necessidades mais amplas da sociedade.

“A ISO 22.000 veio consolidar a responsabilidade em assegurar alimentos íntegros e seguros de forma definitiva em âmbito mundial”, comenta José Carlos Giordano, consultor em segurança dos alimentos e professor em Gestão da Qualidade na Indústria e Serviços, da Universidade São Judas Tadeu e Unicamp. Ele complementa: “a família ISO cresceu: já temos a Norma 22.004 e logo teremos 22.005”.

A ISO 22.004 agrega responsabilidades ao profissional gestor ao profissional educador, ou seja, exige a constante capacitação e educação continuada de toda a equipe.

Giordano conclui dizendo: “Qualidade é sinônimo de verdade. Qualidade é sinônimo de confiança. São esses protocolos em controlar os perigos, as falhas, as contaminações, que o mercado industrial e consumidor final exigem. A globalização requer harmonização de procedimentos que sejam auditáveis, focando processos e não necessariamente produtos”. ●

Gabriela Sguarizi
Rafael Adamowski

jornalismo@crm-pr.org.br

Mudança Climática: o homem é vítima ou bandido?



stock.xchng

Tudo muda na Terra

Há mais ou menos 200 anos que se sabe que a Terra é muito antiga. Dos iniciais 6 mil anos estimados originalmente pelo bispo de Usher, baseado em documentos antigos e na Bíblia, a idade da Terra revelou-se quase milhão de vezes mais velha. É um intervalo temporal dificilmente imaginável e que para muitos é mais um conceito filosófico do que científico. É claro que, aceitando-se essa idade, fica quase imediatamente implícita a ideia de mudanças nos ambientes do planeta: a extinção dos dinossauros ou o "afundamento" contínuo da Holanda são fatos mais ou menos conhecidos e aceitos mais facilmente pelas pessoas. Mais impressionantes ainda foram as mudanças que provocaram a própria formação do oceano Atlântico e a quebra do Gondwana, imenso continente que unia a atual América do Sul, África, Índia, Oceania e Antártica! No entanto outro tipo de mudança que vem ocorrendo na Terra com certa frequência. Tratam-se das glaciações – períodos de cerca de 10 a 20 milhões de anos de extensão, nos quais o clima do planeta se esfria e as calotas de gelo avançam em direção aos trópicos. No últimos um bilhão de anos a Terra sofreu glaciações por pelo menos seis vezes, e os vestígios e evidências desses eventos encontram-se registrados nas rochas. A última glaciação, iniciada há um

milhão de anos e que se encontra em pleno desenvolvimento, atingiu mais intensamente o Hemisfério Norte fazendo com que a calota polar avançasse até a fronteira dos EUA e o Canadá, todo norte da Europa até a região central da França e praticamente metade da Ásia. No Brasil não houve a presença de geleiras, mas de um clima mais seco e mais frio que o atual, uma vez que a água estava em grande parte aprisionada como gelo nas calotas polares e a chuva diminuiu sua intensidade, devido o decréscimo da evaporação da água oceânica. Na última glaciação a temperatura média da Terra reduziu-se em 6 graus.

O desenvolvimento de uma glaciação se caracteriza por ciclos de eventos de frio intenso com duração de 100 mil anos (eventos glaciais) alternando-se com picos de 10 mil anos de clima quente semelhante ao atual (eventos interglaciais). Vivemos hoje no finalzinho de um evento interglacial que se iniciou há aproximadamente 10 mil anos, ou seja, a qualquer momento podemos retornar a mais um evento glacial de 100 mil anos!

Como se desencadeia uma glaciação

A ocorrência de glaciações, muito embora seja um fenômeno relativamente frequente na história geológica da Terra, nos é ainda

bastante misteriosa. Fundamentalmente uma glaciação se desenvolve devido à redução da irradiação solar recebida e absorvida pela Terra e este fenômeno tem origem tanto extraterrestre como terrestre. No primeiro caso podemos colocar as marés e manchas solares, a circulação da poeira cósmica pelo sistema solar, a precessão dos equinócios, a inclinação do eixo de rotação, a circularidade e centralidade orbital, entre outros. Dentre as causas extraterrestres, aquelas que se relacionam à órbita terrestres ("variáveis astronômicas") são as mais efetivas. O astrônomo russo chamado Milancovich determinou quais seriam essas variáveis, bem como seus ciclos de funcionamento. Por exemplo, temos uma variável astronômica que diariamente controla o recebimento da irradiação solar: é a rotação da Terra que provoca aquecimento da superfície da Terra durante o dia e resfriamento à noite. Outra variável de fácil percepção é a alteração do ângulo de incidência dos raios solares sobre a superfície da Terra que é responsável pelas estações do ano (ciclo anual). Existem outras variáveis astronômicas menos conhecidas como a precessão do equinócio (com ciclo de 21 mil anos), obliquidade da elíptica (com ciclo de 42 mil anos) e excentricidade da órbita (com ciclo de

96 mil anos). Milancovich verificou que essas variáveis atuam constantemente sobre o planeta provocando cada uma delas tendências de esfriamento ou aquecimento. Visto que os ciclos são diferentes as variáveis não estão em fase mas atuam de maneira totalmente caótica mantendo assim um clima "médio" (picos de resfriamento de uma variável anulam-se picos de aquecimento de outra). Por meio de cálculos estatísticos, o astrônomo russo definiu que todas variáveis coincidiriam (estariam em fase) num resfriamento a cada 100 a 250 milhões de anos. Esse é aproximadamente o intervalo entre as glaciações desde pelo menos os últimos um bilhão de anos.

Das variáveis terrestres, as mais importantes são: os gases da atmosfera (CO₂, poeira, O₃, vapor de água e outros gases), a posição dos oceanos e continentes, o relevo da Terra e a variação da superfície da capa de gelo sobre o planeta. A famosa explosão do vulcão Cracatoa, na Indonésia (a mais intensa já observada pelo Homem), lançou mais gases na atmosfera do que toda a Revolução Industrial inglesa. Somente a cinza vulcânica jogada na atmosfera entrou em órbita da Terra e deu três voltas no planeta, provocando um esfriamento (efeito de sombreamento) nos cinco anos seguintes.

Acabaremos cozidos ou congelados?

Na década de 1970 dois pesquisadores da Universidade de Columbia, EUA, enviaram ao então presidente Richard Nixon uma carta alertando-o que a período quente interglacial (esse que iniciou-se há 10 mil anos) estaria chegando ao final e que a Terra estaria caminhando para uma iminente glaciação. Imediatamente o *staff* do governo americano passou a carta à Academia de Ciências dos EUA. Contudo, essa carta foi esquecida por mais de 20 anos. Na metade da década de 1990 o estudo veio novamente à luz, agora já com a preocupação da real e evidente mudança climática que o planeta experimentava. Fundamentalmente os cientistas estão inclinados a admitir que realmente a Terra estaria caminhando para o final do período quente interglacial pelas seguintes evidências:

- As glaciações anteriores duraram cerca de 20 milhões de anos ou mais, a atual está aí há apenas um milhão anos;
- Aparentemente todo final de período interglacial é antecedido, paradoxalmente,

por acentuado aquecimento global, igual ao que se vem constatando atualmente.

Esse aquecimento provocaria o descongelamento das calotas polares e, conseqüentemente, a entrada de um imenso volume de água fria e doce no oceano. Esse fato desestruturaria as correntes marinhas provocando um resfriamento rápido e intenso, expandindo novamente as calotas polares. No caso do resfriamento perdurar, a própria calota de gelo agiria como um refletor da luz e do calor solar que sairia da Terra e se perderia no espaço, resfriando ainda mais o planeta e impulsionando-o inexoravelmente para um novo glacial. Evidências de mudanças interglaciais-glaciais passadas sugerem que essa transição é bastante abrupta (em termos geológicos, é claro) e que podem durar apenas alguns séculos.

O clima durante um evento interglacial, como o que vivenciamos atualmente, a temperatura não se mantém constante, mas também mostra oscilações menores (± 2 oC). Após o degelo das calotas polares e a conseqüente subida do nível do mar (cerca de 120m!) estabeleceram-se as condições climáticas mais ou menos semelhantes a que conhecemos hoje. Por volta de 7 a 8 mil anos atrás, o mundo passou por um período denominado "Ótimo Climático", no qual o clima era cerca de 1,5 a 2°C mais quente que o atual. Esse período durou cerca de 4 mil anos, quando por volta de 3 mil a 2,5 mil anos o planeta resfriou novamente, sem, contudo, entrar numa era glacial. Novo aquecimento perdurou todo o desenvolvimento do Império Romano e toda a Idade Média. Por volta do século XVI o planeta novamente se resfriou. São interessantes as evidências desse resfriamento. Algumas pinturas da época mostram, por exemplo, os rios Tâmisia em Londres e o Guadalquivir próximo a Sevilha na Espanha totalmente congelados, com pessoas patinando sobre o canal. Algumas vilas na Escandinávia foram totalmente abandonadas, sendo novamente ocupadas dois séculos depois, quando o mundo entrava novamente num período de aquecimento. Até o nosso velho rio Paraná, durante esse período tinha as suas águas num nível quatro a cinco metros mais baixo do atual. A partir da metade do século XIX o mundo vem se aquecendo continuamente até os dias de hoje.

E o Homem com isso?

É interessante mencionar novamente que as causas da glaciação e conseqüentemente dos ciclos climáticos quentes (interglaciais) e frios (glaciais) estão ligadas e fenômenos

extraterrestres (variáveis astronômicas) e terrestres como a composição atmosférica. Aí entra Homem, que interfere nessa composição atmosférica podendo tanto intensificar o efeito estufa (que esquentava o planeta) ou o efeito de sombreamento (que o esfria). A intensidade das mudanças causadas pelo Homem, embora amplamente aceito por todos, é cientificamente ainda questionável. Uma erupção vulcânica, por exemplo, pode colocar um volume de gases estufa ou de sombreamento na atmosfera maior que toda a produção industrial mundial de vários anos. O IPCC (*International Panel for Climate Change*), após ter investido milhões de dólares em pesquisa, ainda não encontrou uma resposta conclusiva sobre isso e recentemente teve seu prestígio científico danificado por "forçar" alguns resultados.

Diante disso, nossa preocupação com o lançamento de gases na atmosfera deve ser mais focada na poluição atmosférica, nas chuvas ácidas, na contaminação dos mananciais, do que propriamente no aquecimento do planeta. Devemos estar mais preocupados com a qualidade da água, com a conservação dos sistemas ecológicos, e principalmente de como convivermos com o planeta sem destruí-lo total e irreversivelmente. Enfim, nossa preocupação deve estar centrada na pesquisa das alternativas para o novo sistema climático que inexoravelmente se desenha, muito menos por ação do Homem que pela própria Natureza. Que tipo de agricultura, que tipo de cidade, que tipo de energia, enfim, que tipo de sociedade queremos para a sobrevivência de todos habitantes da Terra. ●

Sugestão para leitura

Goudie, A., 1992 Environmental change. Clarendon Press, Oxford.

Parolin, M. & Stevaux, J.C., 2006. Dry climate and eolian dune formation in the Middle Holocene in Mato Grosso do Sul State, Central West Brazil. Z. Geomorphologie, 145:177-190.

Souza, C.R.G, Sugiyo, K., Oliveira, A.M.S., Oliveira, P.E., 2005. Quaternário do Brasil. Holos Editora, Ribeirão Preto.

Bell, M. & Walker, M.J.D., 1992. Late Quaternary Environmental Change. Longman Scientific & Technical, New York.

José C. Stevaux e Isabel T. Leli
UEM - Departamento de Geografia
jcestevaux@uem.br

Abordagem Homeopática na Clínica Médica de Equinos

Introdução

O presente tema foi apresentado durante IV Congresso Brasileiro de Homeopatia Veterinária, realizado em Campo Grande (MS), entre os dias de 28 de setembro a 2 de outubro de 2009. Este artigo visa demonstrar o entendimento sob uma visão holística do paciente e o aumento de possibilidades de tratamento de alguns problemas clínicos que acometem equinos. Foram escolhidos três casos clínicos com as seguintes patologias:

1 - Colite idiopática apresenta-se como uma condição inflamatória do cólon maior resultando em uma variedade de sinais clínicos, dos quais o mais proeminente é a diarreia (Braun & Bertone 2005);

2 - Dermatite de quartela é definida como sendo um distúrbio infeccioso ou não, que resultam em inflamação, ulceração e formação de crostas ou condições granulomatosas que acometem a face caudo-distal dos membros dos equinos (Braun & Bertone 2005); e

3 - Dermatofitose é definida como uma infecção de tecidos queratinizados por espécie de *Microsporum sp*, *Trichophyton sp* ou *Epidermophyton sp*, cujas lesões variam de forma e tamanho (Ogilvie, 2000).

Tais enfermidades acometem os equinos de diferentes raças e idades ocasionando perdas econômicas expressivas.

Materiais e Métodos

Foram atendidos três animais da raça Brasileira de Hipismo (BH) entre 7 e 10 anos com pelagens variadas, todos destinados ao esporte. Após as tomadas dos casos, hierarquização dos sintomas e repertorização dos mesmos foram utilizados os medicamentos apropriados para cada caso.

Resultados e Discussão

De acordo com o método hahnemanniano foram atendidos três equinos.

Caso 1: queixa principal de Colite idiopática (colite X), EN, 8 anos, pelagem tordilha, após atendimento na Clínica Veterinária Equivet e estabelecido o protocolo terapêutico com a administração de antibióticos e antiinflamatórios e passagem de sonda nasogástrica a cada 4 horas foi conjecturado que o estado dele era muito ruim; após 12h de terapia intensiva foi solicitado acompanhamento homeopático do animal, que durante o exame apresentou edema generalizado, diarreia aquosa em jato com sangue vivo, inquietude por dor violenta. Em seguida à tomada do caso foi administrado *Arsenicum album* 30CH a cada minuto por cerca de meia hora, após esse período ficou relaxado podendo-se fazer soroterapia de forma adequada. Interrompeu o quadro diarréico com 12 horas de tratamento homeopático. A evolução clínica deu-se de forma rápida e duradoura, com 15 dias o paciente estava em franca recuperação. E depois de 6 meses do quadro clínico participou de campeonatos.

Caso 2: queixa principal de dermatite de quartela, S, 10 anos, pelagem alazã, apresentou depois ter sido submetido um certo número de vezes ao tratamento alopático preconizado sem que este tenha surtido efeito, apetite diminuído com emagrecimento, edema em membros posteriores, erupções crostosas com eczema úmido. Feita a repertorização dos sintomas foi ministrado *Silicea terra* 30CH 3 vezes ao dia, e com vinte dias de tratamento verificou-se completa cicatrização das lesões dos membros, aumento de peso, sendo que seu manejo não foi modificado em nada.

Caso 3: queixa principal de dermatofitose conhecida também como "tinha", T, 7 anos, pelagem castanha, o proprietário descreve o animal como apresentando fungos por todo o corpo e também diarreia após ser submetido a viagens ou períodos de provas longas, relatou que tinha medo de poças de água e rio, e quando chovia ele tinha dificuldade de trabalhar, pois não gostava de pisar no molhado, agitado com som muito alto, hiperativo,

inquieto, distraído, carinhoso; após repertorização foi dado *Arsenicum album* 30CH duas vezes ao dia. Depois de 24 horas do início da ingestão do medicamento desapareceu a diarreia, e com 15 dias sumiram as lesões da pele e no decorrer do período de observação não ligou muito para chuva mantendo-se bem.

Conclusão

Após a condução e acompanhamento dos casos, concluiu-se que a terapêutica homeopática abreviou o tempo de tratamento e mostrou-se eficiente desde as enfermidades mais simples como terapia única ou ainda, em casos emergenciais como coadjuvante juntamente com técnicas requeridas para o tratamento de eleição em UTI. ●

Referências

- BERTONE J.J. & BRAUN C.M. 2005. Consulta Veterinária em 5 minutos – Espécie equina - Colite idiopática. Pg 546-549. Ed. 1ª. Editora Manole. São Paulo SP.
- BERTONE J.J. & BRAUN C.M. 2005. Consulta Veterinária em 5 minutos – Espécie equina - Dermatite de quartela. Pg 752 e 753. Ed. 1ª. Editora Manole. São Paulo SP.
- DIAS A.F. 2004. Repertório Homeopático Essencial. Ed 2ª. Editora Cultura Médica. Rio de Janeiro RJ.
- LATHOUD J.A. 2004. Estudos de Matéria Homeopática. Ed. 2ª. Editora Organon. São Paulo SP.
- OLGIVIE T.H. 2000. Medicina Interna de Grandes Animais – Dermatofitose. Pg 400 a 403. Ed 1ª. Editora Artmed. Porto Alegre RS.
- RIBEIRO FILHO A. 2005. Repertório de Homeopatia. Editora Organon. São Paulo SP
- VIJNOVSKI B. Tratado de Matéria Médica Homeopática em três tomos. Editora Mukunda. Rio de Janeiro RJ.

Mara Liz Graczkowski
Médica veterinária
lizhomeovet@hotmail.com

O Contexto do Médico Veterinário na Saúde Pública Contemporânea

No período de 25 a 28 de outubro de 2009, em Bonito/MS, realizou-se o III Congresso Nacional de Saúde Pública Veterinária e o I Encontro Internacional de Saúde Pública Veterinária, quando foram apresentados e debatidos diversos temas inerentes à saúde pública enfocando a Medicina Veterinária. O evento contou com a participação de cerca de 900 profissionais de diversas profissões, sendo vários estrangeiros, o que estimulou a abordagem multidisciplinar dos temas.

Na abertura foi destacada a importância da participação do médico veterinário nas ações de saúde pública, como, também, da necessidade de prepará-lo desde a sua graduação para ser inserido nas atividades realizadas nos diversos níveis desse segmento. Reforçou-se, ainda, o papel desse profissional na saúde e bem-estar dos animais e perante as necessidades sanitárias humanas, trabalhando através de uma visão complexa que contemple a integração da saúde animal, humana e ambiental.

As palestras abrangeram os diversos campos da saúde pública, tais como: prevenção, vigilância, controle e erradicação de zoonoses e agravos por animais; controle, higiene e tecnologia de alimentos; inspeção e fiscalização de produtos de origem animal; biotério; laboratório de saúde pública; planejamento, gestão e educação em saúde; ensino em saúde pública de um modo geral, de quem atua nos mais diversos segmentos das vigilâncias ambiental, epidemiológica, sanitária e saúde do trabalhador.

Saúde Pública Veterinária no Mundo

Palestrantes da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) ressaltaram a importância do médico veterinário para a saúde pública mundial, pois 60% dos patógenos humanos são zoonóticos; 75% das enfermidades humanas emergentes são de origem animal e 80% dos patógenos que podem ser usados em bioterrorismo são de origem animal.

Diante desses dados, o ex-diretor da Organização Pan-americana de Febre

Aftosa/OPAS, Albino Belotto, informou que desde 1949 os médicos veterinários atuam nessa instituição e que esse profissional deve estimular a relação harmoniosa entre os animais e a humanidade, prevenindo as zoonoses, incluindo as transmitidas por alimentos. Declarou que a Medicina Veterinária tem participação ativa nas ações para alcançar as "Metas de Desenvolvimento do Milênio", pois entre elas estão a de reduzir pela metade os índices de pobreza até 2015, e a atuação dessa categoria deverá garantir, entre outras coisas, a produção de alimentos de origem animal com qualidade e a prevenção e o controle de doenças.

A representante da FAO, Katinka DeBalogh, relatou o papel estratégico do médico veterinário na prevenção e no controle das pandemias, destacando a sua atuação na crise da gripe aviária ocorrida há três anos. Comentou que os profissionais devem ser atualizados para atuar na vigilância das zoonoses emergentes e reemergentes e frisou, ainda, a necessidade de estimular a integração multidisciplinar entre os profissionais de saúde de todo o mundo, permitindo a partilha de experiências. Salientou, ainda, a importância da cooperação, através de parcerias internacionais, para informar e preparar os profissionais sobre as doenças circulantes nos diversos países e sobre a necessidade de revisar os currículos de graduação com o objetivo de capacitar os futuros veterinários para os desafios da saúde pública mundial.

Cristina Schneider, representante da PAHO/OMS, informou que na América Latina um bilhão de pessoas convive com 150 milhões de cães, 500 milhões de bovinos e 150 espécies de morcegos, destacando a tarefa do médico veterinário na interface das relações dessas espécies. Frisou, também, a necessidade: de uma capacitação interdisciplinar para os profissionais de saúde pública; da primordialidade do regulamento sanitário internacional; da intensificação da vigilância em relação às zoonoses emergentes e reemergentes; e da eliminação das doenças negligenciadas.

Dessa forma, o evento destacou o papel do médico veterinário para:

- O desenvolvimento socioeconômico dos países;
- O bem-estar das populações humanas e animais;
- O combate ao bioterrorismo e a prevenção da resistência bacteriana;
- A vigilância ambiental;
- A conscientização dos consumidores e, inclusive;
- A prevenção e a mitigação de doenças e agravos nos desastres ambientais.

A Medicina Veterinária na Saúde Pública Nacional

O professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, médico veterinário Paulo César Augusto Souza, relatou a queda da representatividade da Medicina Veterinária no serviço de saúde é causada pela falta de articulação social e política dos profissionais dessa categoria. Descreveu que outras categorias tem participado na Conferência Nacional de Saúde em grande número, como, por exemplo, a Farmácia. Lastimou a pouca expressividade e participação dos médicos veterinários desde os Conselhos Municipais de Saúde, opinião que foi compartilhada por outros profissionais presentes, fato esse que deve ser corrigido o quanto antes, para permitir uma maior participação dos médicos veterinários na construção das políticas e estratégias da saúde pública nacional.

Paulo César sinalizou que há uma grande área de atuação para os médicos veterinários na saúde pública brasileira, e que as zoonoses, devido à gravidade dessas patologias para a população humana e animal, são uma grande "oportunidade" para justificar e incrementar a participação desses profissionais em todos os níveis do serviço de saúde nacional.

Zoonoses

As zoonoses foram abordadas destacando-se as patologias emergentes, reemergentes e negligenciadas. Paulo Chagatelles, da Fiocruz, ressaltou a sua preocupação em atualizar e acompanhar a evolução dos

patógenos, tendo em vista, inclusive, o aumento da complexidade da sociedade, pois a humanidade encontra-se em um processo socioambiental dinâmico.

O pesquisador abordou, também, o tema “Leishmaniose”, destacando o aumento da forma visceral no nosso país principalmente nas áreas urbanas, pois se tratava de uma enfermidade inicialmente de ciclo silvestre. Informou que as intervenções realizadas até o momento não conseguiram controlar essa zoonose no Brasil e que se deve investir na pesquisa e na busca de soluções através de novas tecnologias e metodologias.

Outros profissionais relataram, em relação à leishmaniose visceral no Brasil, a falta de integração da vigilância de campo com o laboratório; que ela apresenta uma expansão acentuada e irregular no território nacional e; que os profissionais devem trabalhar para definir os fatores determinantes da sua expansão geográfica e realizar o mapeamento e a análise da distribuição da *Lutzomya* em todo o país.

Foram mencionados alguns patógenos zoonóticos, que apesar de não apresentarem casos clínicos no Brasil, estão presentes em seus vetores em várias regiões do Brasil. E o caso da Peste, que segundo a médica veterinária Simone Valéria Costa Pereira, do Ministério da Saúde, circula em regiões de Pernambuco e do Rio de Janeiro, sendo necessário o monitoramento regular da bactéria *Yersinia* no nosso território.

Entre as zoonoses negligenciadas, o professor Alexandre Íris Leite destacou a Cisticercose e a Teníase. Afirmou que a carência da inspeção dos produtos de origem animal e os problemas sociais decorrentes da miséria e da pobreza, em várias localidades nacionais, fazem com que essas zoonoses ainda tenham altas frequências no Brasil.

O médico Marcos Vinícius da Silva, do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, de São Paulo, abordou a Brucelose, destacando a dificuldade do seu diagnóstico em humanos e a necessidade de maior articulação com os profissionais da veterinária para o manejo dessa zoonose. Lembrou, também, da alta incidência de infecção pela Brucella sp através de atividades profissionais, citando vários casos de pacientes médicos veterinários.

Manejo de Populações de Cães e Gatos

A questão do manejo das populações de cães e gatos, relevante para a maioria dos municípios brasileiros, foi trabalhada através da troca de experiências de diversos profissionais de centro de controles de zoonoses, universidades, órgãos públicos, organizações de saúde e organizações não governamentais.

Esse tema ainda traz muitos questionamentos, pois não apresenta um conjunto de políticas e ações que permitam uma padronização das orientações para as atividades municipais no manejo das populações de cães e gatos. Entretanto, nos últimos anos, vários avanços foram obtidos através das experiências de diversos municípios e instituições, permitindo construir fundamentos iniciais para orientar os serviços que gerenciam essas populações, demonstrando um avanço nessas questões.

A médica veterinária Luciana Hardt Gomes, da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, salientou que as ações para manejar as populações de cães e gatos fazem parte do sistema de saúde para o controle de zoonoses. Afirmou que o ideal é que essas populações envelheçam com saúde, evitando a renovação acentuada da mesma, pois os filhotes e os animais jovens são mais susceptíveis a doenças, o que aumenta o risco de transmissão de zoonoses.

Existe na sociedade atual um vínculo forte das pessoas com os animais de estimação e ele deve ser lembrado e respeitado pelos profissionais que trabalham nessa área. Por esse motivo, Luciana sugeriu que esse tema deve ser promovido para fazer parte do Plano Municipal de Saúde. Consequentemente, para reforçar a responsabilidade social e governamental em relação a essas populações animais, recomendou um programa planejado com várias ações, como, por exemplo, esterilização cirúrgica e estudos para viabilizar o animal “comunitário”. Comentou que para colocar essas propostas em prática é necessário conhecer a realidade de cada município, cruzar essas informações com as suas necessidades locais, visualizando as áreas de maior risco, para direcionar eficazmente os investimentos.

A proibição da eutanásia em animais que não causem riscos à saúde pública já vigora no Estado de São Paulo e é uma

tendência para o resto do país, assim, a responsabilidade do médico veterinário aumenta, pois para este profissional a questão ética relacionada com os animais é fundamento da sua prática profissional. Luciana Hardt Gomes finalizou comentando a possibilidade do crescimento da área de atuação do médico veterinário diante do novo conceito de “médico veterinário do coletivo”, ou seja, aquele que atua na “medicina de abrigo”, área já bastante difundida nos Estados Unidos.

Uma grande dificuldade encontrada na gestão do manejo de populações de cães e gatos é calcular o impacto das esterilizações na população de animais, visando o melhor aproveitamento dos recursos aplicados nessas atividades. Nesse sentido, o pesquisador Fernando Ferreira, da Universidade de São Paulo, apresentou o seu trabalho sobre o impacto da esterilização no tamanho da população de cães domiciliados. O trabalho desenvolvido pelo pesquisador permite aos gestores uma previsão dos resultados dos procedimentos de esterilização no controle populacional, através da utilização de cálculos estatísticos. Adiantou, pelos dados já obtidos, que os objetivos de um programa de manejo populacional serão alcançados mais satisfatoriamente esterilizando-se fêmeas maiores de um ano de idade. Esse tipo de iniciativa torna melhores o gerenciamento e o monitoramento das ações realizadas para o manejo das populações de cães e gatos nos municípios.

O Reflexo das Questões Ambientais na Saúde Pública

O meio ambiente e as mudanças que nele estão ocorrendo são uma preocupação para os profissionais da saúde pública. Nos dias atuais, a interface das questões ambientais com a saúde humana e animal é estudada e monitorada de forma intensa e complexa, tanto é que muitos profissionais e autores denominam esse campo de: Saúde Ambiental. Como agente da área de saúde pública, o médico veterinário deve estar atualizado e preparado frente a essas questões.

O professor de Medicina Veterinária Jairo Gomez, da Universidad de Ciencias Aplicadas y Ambientales,

da Colômbia, apresentou o tema "As Modificações Climáticas e a Saúde", com dados sobre o efeito das mudanças climáticas na América Latina. Um exemplo é a diminuição acentuada que vem ocorrendo nos últimos anos da cobertura de neve das regiões altas da Cordilheira dos Andes. Esse quadro vem causando um grave impacto social, pois a água proveniente do degelo das montanhas vem diminuindo, levando a seca a regiões habitadas e produtivas, o que, por sua vez, gera fome e miséria, aumentando a possibilidade de veiculação e transmissão de doenças e deslocando esses grupos populacionais para outras regiões e países.

Outro cenário preocupante é a consequência de desastres naturais como as enchentes, furacões, incêndios florestais e secas sobre as populações. Essas situações, que ocorrem frequentemente na América Latina, destacando as que houve nos últimos meses no nosso país, causam mortes, deslocamentos populacionais e perda de infra-estrutura das comunidades, acarretando maior susceptibilidade da população às doenças.

A Organização Mundial da Saúde declara que: "O sistema climático mundial é parte integrante dos processos que mantêm a vida. A mudança climática global é um novo desafio para as atuais iniciativas dirigidas a proteger a saúde humana".

Algumas situações relacionadas às alterações sociais e ambientais já são observadas por pesquisadores na América do Sul:

- A mudança climática afeta a distribuição e a frequência de enfermidades como a Malária e a Cólera;
- As chuvas favorecem a proliferação de grandes grupos de insetos vetores de doenças;
- O aumento da temperatura acelera o metabolismo do vetor e incrementa o número de vezes que esse se alimenta de sangue;
- Presença de dengue, limitada anteriormente a baixas altitudes, em cidades a mais de 1500 metros acima do mar;
- O aumento da incidência de doença de Chagas associado ao desflorestamento e a invasão urbana em áreas de matas;

- Casos de babesiose e anaplasiose a mais de 2200 metros de altitude e;
- Aumento de casos de leishmaniose visceral devido ao deslocamento forçado de humanos e de animais, neste caso, causado pelas guerrilhas.

Frente a esses desafios, o professor Jairo propôs uma integração estreita e eficaz da vigilância epidemiológica e ambiental das enfermidades transmitidas por vetores aos humanos e aos animais nos países da América Latina, observando e analisando as diversas situações socioambientais da região e do mundo. Isso pode ser efetivado através de redes de informações alimentadas por profissionais das áreas de saúde, meio ambiente e áreas afins, com o objetivo de criar e manter uma base de dados completa e atualizada sobre a epidemiologia das doenças que podem afetar as populações latino-americanas. ●

Leonardo Nápoli

Médico Veterinário membro da Comissão de Zoonoses e Bem-estar Animal (CZBEA/CRMV-PR)
l.napoli@terra.com.br



SINDIVET-PR EM AÇÃO

AGORA VOCÊ JÁ PODE SORRIR! E A SUA FAMÍLIA TAMBÉM!



O Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná, com o apoio do CRMV-PR, em parceria com a **Extramed Administradora de Benefícios**, desenvolveu um plano Odontológico, rigorosamente adequado às necessidades de seu perfil profissional, com a garantia da **OdontoPrev**, maior operadora de assistência odontológica do Brasil. A OdontoPrev tem como objetivo, oferecer soluções de alta qualidade em saúde bucal para seus 2,6 milhões de associados, através de uma rede credenciada de mais de 15 mil cirurgiões-dentistas com abrangência nacional. Você associado do SINDIVET já pode adquirir mais este benefício. **Se você ainda não se associou, saiba como fazer sua adesão pelo telefone: (41) 3322-0151 ou (41) 3029-0159 ou se preferir através do e-mail: sindivetpr@sindivetpr.com.br.**

Sem Carência • Sem Limite de Utilização
Sem Co-participação • Contratação on-line
Rede Credenciada Nacional • Ampla Cobertura

Plano Integral Rede
R\$ 14,70 valor mensal por pessoa.

Para contratação ou informações acesse:
www.sindivetpr.com.br
ou ligue:

0800 643 2080



OdontoPrev

ANS - nº 30194-9

Conesa aprova o fim das campanhas de vacinação contra febre aftosa no PR



Agência Estadual de Notícias

O Conselho Estadual da Sanidade Agropecuária (Conesa) aprovou no dia 1º de março, por unanimidade, durante reunião extraordinária, a suspensão das campanhas de vacinação contra febre aftosa no Paraná. Imediatamente à aprovação, o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Valter Bianchini, encaminhou o pedido ao ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, Reinhold Stephanes, para que o Estado seja reconhecido pelo Ministério da Agricultura como área livre de febre aftosa sem vacinação.

Bianchini justificou ao ministro que esse pedido é uma decisão de governo e que o programa de sanidade agropecuária no Estado terá continuidade, apesar da proximidade de troca de governo. O secretário destacou que o Paraná se sente seguro com essa tomada de decisão, em função dos investimentos significativos em infraestrutura técnica na sanidade agropecuária, que respalda a medida. Lembrou ainda que esse processo ganhou

força com o envolvimento da iniciativa privada e dos criadores paranaenses.

Para o ministro Reinhold Stephanes, esse passo aumenta a responsabilidade do Estado. Mas ressaltou que acredita no sucesso da medida porque o Paraná fez um trabalho muito bom na área da sanidade agropecuária e o importante é que tanto o Estado como os produtores também querem alcançar essa condição de área livre de febre aftosa sem vacinação.

O secretário nacional da Defesa e Sanidade Agropecuária, Inácio Kroetz, presente à reunião, também considera madura a opção feita pelo Paraná. “O Estado tem capacidade e tem potencialidades. Portanto é hora de avançar”, destacou. Kroetz lembrou também que os criadores devem ter maturidade e investir na pecuária de corte para impedir a vinda de material genético de fora que possa atrapalhar esse processo de mudança de status sanitário. “Por isso, o fortalecimento

da estrutura da Defesa Agropecuária deve ser contínuo”, observou.

O presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Ágide Meneguette, um dos incentivadores da parceria entre o poder público e a iniciativa privada na questão de sanidade agropecuária, disse que o próximo passo do Estado é conseguir o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa sem vacinação. Ágide justificou que no Paraná prevalece uma estrutura fundiária constituída por pequenas e médias propriedades, que não permite muito ganho em escala. “Por isso, a comercialização dos produtos paranaenses deve ter um diferencial que será a sanidade”, disse.

Se o pedido for aceito, a suspensão das campanhas de vacinação será válida a partir de junho de 2010. A campanha prevista para o mês de maio será realizada, mas somente para os animais jovens até os 24 meses de idade, conforme aconteceu pela primeira vez no ano passado. ●

Parcerias beneficiam a fauna curitibana



Após 1.916 dias à frente do Departamento de Zoológico, órgão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba, o zootecnista Marcos Traad deixou o cargo dia 31 de março para apresentar seu nome às convenções partidárias, objetivando concorrer às próximas eleições. Responsável pelo setor desde o dia 1º de janeiro de 2005, Traad firmou parcerias e promoveu progressos em todas as unidades do Departamento: Museu de História Natural, Zoológico Municipal e Passeio Público.

Depois de cinco anos, o Departamento está praticamente todo reestruturado. “Em 2005, trabalhamos com o orçamento previsto no ano anterior, o qual somava pouco mais de R\$ 300 mil. Nos anos seguintes, consolidamos parcerias com outras secretarias e entidades para viabilizar projetos, fato que proporcionou um incremento no orçamento e no desenvolvimento de várias atividades. Para 2010, por exemplo, os recursos previstos podem chegar a R\$ 2,3 milhões”, expõe o zootecnista.

O acervo do Departamento de Zoológico tem aproximadamente 2,2 mil espécimes, representadas por aves, mamíferos exóticos e nativos, primatas e répteis. Os animais estão alojados nas instalações do Passeio Público e no Zoológico Municipal. O Zoo ocupa uma área de 530 mil metros quadrados e está entre os mais conceituados do Brasil.

A ação conjunta aliada a investimentos técnicos e estruturais também estão transformando o Zoológico Municipal num centro de referência em fauna silvestre. O nascimento de filhotes de Chauá e do Papagaio-de-peito-roxo, espécies de papagaios ameaçadas de extinção, é resultado do programa de reprodução em cativeiro. “Foi uma vitória para a fauna brasileira, resultado do esforço e da dedicação dos técnicos e dos funcionários do Zoológico de Curitiba e da ONG parceira Idea Ambiental, que tanto se dedicaram à pesquisa e ao trabalho de conservação”. No caso do Chauá, o Zoológico de Curitiba é o primeiro no País a conseguir a reprodução da espécie. Marcos Traad atribui o sucesso da reprodução aos cuidados, como alimentação balanceada, ambiente adequado e estudo para formação dos casais. O próximo passo, frisa, é conseguirmos a reprodução do Papagaio-de-cara-roxa. A iniciativa está em estudo e conta com participação da ONG SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental).

Estrutura

O Museu de História Natural é situado num Bosque remanescente de Floresta com Araucária na região urbana da capital paranaense. O local é reconhecido nacionalmente na área de

pesquisa zoológica, com importantes coleções científicas regionais e corpo técnico altamente qualificado. Foi credenciado pelo Ministério do Meio Ambiente, como fiel depositário de amostras de componentes do patrimônio genético natural. “Lá, o investimento foi na construção de um novo setor de taxidermia, na reforma e ampliação das exposições e também nas reformas dos prédios das coleções de répteis e peixes, sendo que neste ano já estão em andamento outras importantes obras.”

Além da pesquisa científica na área de zoologia, o museu mantém um setor expositivo aberto à comunidade, onde é realizado um trabalho de educação ambiental para atender escolas de Curitiba e região metropolitana.

No Passeio Público os investimentos aconteceram em várias áreas: reforma da cozinha dos animais, construção de um setor veterinário, novos recintos para as aves, limpeza do lago, construção de calçadas e um novo sistema de drenagem de águas pluviais. Para proporcionar mais segurança aos visitantes e servidores, também foi edificada uma nova sede para a Polícia Militar. “As melhorias fazem parte das ações inseridas no plano de Governo do Prefeito Beto Richa e tem como objetivo revitalizar o ambiente do parque, oferecendo melhores condições de frequência para a família curitibana,” afirma Traad.

Já foram entregues no Zoo várias benfeitorias, como: novos banheiros públicos, uma nova cozinha dos animais; novos recintos para as antas, para os macacos-prego e para as girafas. Até o final de 2010, serão finalizados os novos recintos para os leões, para os tamanduás, para os macacos aranha e pequenos primatas. Os recintos dos ursos também passarão por reformas. "Todas as obras foram planejadas para garantir o bem-estar de cada espécie", garante.

A estrutura organizacional também passará por alterações. Será extinto o atual Departamento de Zoológico para ser criado o Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna. "Este departamento objetivará atender melhor os animais silvestres da cidade", evidencia Traad, acrescentando que também será instituída a Divisão de Monitoramento e Proteção Animal, a qual focará suas atividades em animais em situação de abandono e no controle populacional de animais domésticos. Esta mudança, na opinião do zootecnista, fortalecerá a atuação da Rede de Defesa e Proteção Animal da Cidade de Curitiba.

Rede de Defesa

Entre os projetos mais significativos para o município e coordenado por Marcos Traad foi a implantação da Rede de

Defesa e Proteção Animal, um programa da administração municipal que envolve agentes públicos, iniciativa privada e terceiro setor, na busca de melhores condições de vida para a fauna da cidade. A Rede é constituída de várias ações, entre as quais, a criação do Sistema de Cadastramento e de Identificação Animal (SIA) através da utilização de microchips. Neste programa estão envolvidas as secretarias do Meio Ambiente, Saúde, Educação, Urbanismo, Defesa Social, Comunicação Social e Planejamento.

O objetivo é o de estabelecer medidas de conservação ambiental para atingir o convívio mais harmonioso dos cidadãos com os animais, quer sejam cães, gatos, cavalos, pombos, morcegos ou outras espécies que possam vir a interferir desfavoravelmente nesta relação. Este programa gerou assinatura de convênios entre o município com o CRMV-PR, Anclivepa-PR e UFPR.

"Queremos com a Rede, buscar maior equilíbrio na população animal, diminuindo o índice de abandono e maus-tratos de modo a prevenir agravos à saúde pública e as agressões ao meio ambiente", diz Traad. O intuito é criar consciência sobre a responsabilidade da guarda dos animais, fomentar a adoção responsável de animais abandonados, estabelecer critérios para a comercialização e o trânsito de animais

na cidade e desenvolver projetos para o controle populacional.

Outra boa notícia é a construção de um local para o atendimento ambulatorial de animais onde antigamente ficava a Carrocinha. Apesar do nome ainda não estar definido, Marcos Traad adianta que o local servirá para atender os animais encaminhados pela Rede por estarem doentes ou serem vítimas de maus-tratos. Após o atendimento, serão castrados e encaminhados para doação. Ainda no segundo semestre a obra deverá estar pronta. Para que no referido local seja possível prestar bons serviços aos curitibanos, foi necessária a criação do cargo para zootecnistas em Curitiba, cujo decreto foi assinado pelo Prefeito Beto Richa em 2009, com a consequente oferta de vagas em concurso público, tanto para zootecnistas quanto para médicos veterinários, neste ano de 2010.

"Saio com o sentimento do dever cumprido, com uma gestão participativa envolvendo os colegas e funcionários no dia a dia. Vou continuar me dedicando às questões em que acredito, pois sei que ainda há muito a ser feito", finaliza. ●

Gabriela Sguarizi

jornalismo@crm-pr.org.br

Agenda

Eventos 2010

II Congresso Internacional sobre Nutrição de Animais de Estimação

04/05/2010 a 05/05/2010

Local: Campinas/SP

Informações: www.cbna.com.br

Pós-Graduação em Clínica Médica de Pequenos Animais

Início 07/05/2010

Local: Curitiba/PR

Informações: www.equalis.com.br

AveSui América Latina 2010

11/05/2010 a 13/05/2010

Local: Florianópolis/SC

Informações: www.avesui.com

MBA em Avicultura Industrial a distância

Início 19/05/2010

Informações: www.didatus.com.br

Curso sobre Ferramentas da Qualidade na Produção de Alimentos

21/05/2010 a 23/05/2010

Local: Curitiba/PR

Informações: www.incadep.com.br

II Encontro da ABFel

26/06/2010 a 27/06/2010

Local: Brasília/DF

Informações: www.abfel.com.br

Pet South America - III CONPAVET

11/05/2010 a 13/05/2010

Local: Florianópolis/SC

Informações: www.avesui.com

AVISULAT 2010

17/11/2010 a 19/10/2010

Local: Bento Gonçalves/RS

Informações: www.avisulat.com.br



Novos Inscritos

09049 - VP - ALEXANDRA JUSTINO DA SILVA
 09050 - VP - ANA HELENA LEITÃO MARINS
 09051 - VP - ANA PAULA MARCOS
 09053 - VP - BRUNO JOSE LOPES CERANTO
 09054 - VP - CAMILA FERNANDES PELISSON
 09055 - VP - CLÁUDIA REGINA CASA
 09056 - VP - DANIEL AUGUSTO PERTILE
 09057 - VP - DANIELE DA LUZ
 09058 - VP - DANIELE NASSER PEREIRA
 09059 - VP - ELAINE HARR
 09060 - VP - FERNANDO PANSERA DALLA COSTA
 09061 - VP - GLADIS YARA SOTTILE
 09062 - VP - GRAZIELA MARTELLI XAVIER
 09064 - VP - KARIN W. E SILVA ECHEVARRENA
 09065 - VP - LOTHAR OTT
 09066 - VP - LUIZ FELIPE CAMPOS
 09067 - VP - MARCIO HIDEO TSUZUKI
 09068 - VP - MARIO HENRIQUE GOMES DA CRUZ
 09069 - VP - MARCELA RIBEIRO GASPARINI
 09070 - VP - MARCIO ADRIANO DELECROD
 09071 - VP - MARINA DE FRAGA VILAÇA
 09072 - VP - MILENE ROCHEDO RIBEIRO
 09073 - VP - NATALIA NAVARRO CABRERA
 09074 - VP - NELSON HENRIQUE DIAS CARLOS
 09075 - VP - RAPHAEL ANNES
 09076 - VP - RICARDO A. SANTOS GARCIA
 09077 - VP - TIAGO MATEI PAINI
 09078 - VP - TIAGO SENE
 09079 - VP - VERICHI VETORELLO
 09080 - VP - VINICIUS ANDRE HIRATA PINETTI
 09081 - VP - VINICIUS F. PIRES DA ROCHA
 09082 - VP - VIRGILIO G. DE ANDRADE
 09089 - VP - CARLOS EDUARDO CECY
 09090 - VP - DANIELLE ANTONELLI MOTTA
 09091 - VP - ELAINE LONGHI
 09092 - VP - EMERSON HENRI YOSHIMURA
 09093 - VP - GABRIELA IBANEZ
 09094 - VP - JAQUELINE R. DE ANDRADE
 09095 - VP - MARIANA DEL PINTOR
 09096 - VP - MATHEUS CALIL CHAGAS
 09097 - VP - PRISCILA VINCENZI DOS SANTOS
 09098 - VP - RUBIAN BORTOLON KAZAMA
 09099 - VP - RUI PAULO LOPES DE OLIVEIRA
 09102 - VP - MICHELE GARCIA MEDEIROS
 09105 - VP - ALESSANDRA DO CARMO
 09106 - VP - ANDRE LUIZ DELLA VOLPE
 09107 - VP - ARIANE FERREIRA GONÇALVES
 09108 - VP - CRISTIANE JACI GIOMBELLI
 09109 - VP - DAYANNE LOUISE DO PRADO
 09110 - VP - GUILHERME EJI BARBOZA
 09111 - VP - HAMILTON KRAWIEC KOGA
 09112 - VP - KARLA RIBEIRO DA SILVA GAWLOWSKI
 09113 - VP - LARISSA BRANDAO SUSSAI
 09114 - VP - LETICIA CRIPA MORENO
 09115 - VP - MELANYE DE OLIVEIRA
 09116 - VP - MICHELE SANTOS FERREIRA
 09117 - VP - MURILO CEZAR CURTI
 09118 - VP - RENATA BENEDITA DE MATTOS RICCA
 09119 - VP - ROGERIO MORETTI
 09120 - VP - SUZANA MOREIRA MARQUES

09121 - VP - SUSANNA ZIEGLER
 09122 - VP - THAÍŠ CABRAL MONICA
 09123 - VP - THIAGO FOLTRAN SCUCATO
 09124 - VP - RONALDO DE SOUSA E SILVA
 09134 - VP - DIEGO SALVADOR CLEMENTE
 09135 - VP - BRUNO MARINUCCI CORAZIN
 09136 - VP - JARRIÉ MICHEL BRAATZ DA SILVA
 09138 - VP - ALBINO KIERAS JUNIOR
 09139 - VP - ANA PAULA FERREIRA PRAÇA CASTRO
 09140 - VP - ANDRESSA CRISTINA DE SOUZA
 09141 - VP - BEATRIZ BRASILIENSE FERREIRA
 09142 - VP - BRUNA FRANCO FERRARI
 09143 - VP - BRUNO H. NIELSEN CONTER
 09144 - VP - CARLOS EDUARDO PEDROSO
 09145 - VP - CAROLINA F. CANESIN MOTTA
 09146 - VP - CAROLINA TRENTIN
 09147 - VP - CORINNE DE A. F. DE NASCIMENTO
 09148 - VP - DEIVID ZOALDO FASSINE MARCHI
 09149 - VP - DIOGO DA MOTTA FERREIRA
 09150 - VP - EDGARD DIAS MACHADO NETO
 09151 - VP - ELDER CLAYTON CAPELLETTO
 09152 - VP - FERNANDA PRISCILA CATANI
 09153 - VP - FERNANDA ROMERO
 09154 - VP - FERNANDA T. N. M. AGUDO ROMÃO
 09155 - VP - FLAVIA CAVAGNOLLI
 09156 - VP - FLAVIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
 09157 - VP - FRANCIELLY RAMOS DE OLIVEIRA
 09158 - VP - FRANCINE FERNANDES DA SILVA
 09159 - VP - GABRIELA DO AMARAL DA ROSA
 09160 - VP - GEISER CRISTIANE PAOLAZZI
 09161 - VP - GIOVANA CAROLINE PIANARO
 09162 - VP - GRACE BEATRIZ HERTEL FRANCO
 09163 - VP - GREICY RUTZ PASSOS DE SOUZA
 09164 - VP - JANDERSON D. DA CONCEIÇÃO
 09165 - VP - JEAN CARLO PEREIRA
 09166 - VP - JOÃO RICARDO KUNZ
 09167 - VP - JONATAS CAMPOS DE ALMEIDA
 09168 - VP - KEILA YOUKO FUJII
 09169 - VP - LUCIANA JULIANI
 09170 - VP - LUIZ ANDRE SORBELLO
 09171 - VP - MARCELLO C. HERZ GRZYCAJUK
 09172 - VP - MARCELO AGUSTINI
 09173 - VP - MARIA JUDITE DIONISIO
 09174 - VP - MARIANA TERZONI
 09175 - VP - MARIANE A. POMMERENING FINGER
 09176 - VP - MARIELLE CRISTINE DE AZEVEDO
 09177 - VP - MICHELE MILANO DA CUNHA
 09178 - VP - PABLO GOMES MARTINEZ
 09179 - VP - RAFAELA GALANTE
 09180 - VP - RAQUEL BENETON FERIOLO
 09181 - VP - REINALDO NORIHIRO ABE
 09182 - VP - ROBERTO T. DE FREITAS PAULA
 09183 - VP - RODOLFO SILVA BERTOLI
 09184 - VP - ROGER SANTI
 09185 - VP - STEPHANIE ALEXANDRA LILL
 09186 - VP - TACIELLE CRISTINE RICCI
 09187 - VP - TASSIANA TAMILA GUEIROS
 09188 - VP - TATIANA JOSEFA SCHNEIDER
 09189 - VP - THAIS GILSON DA SILVA
 09190 - VP - TOBIAS FERNANDES FILHO
 09191 - VP - VANESSA LETICIA CHARNESKI

09203 - VP - CAROLINA CASSILHA STIVAL
 09204 - VP - DIEGO ROSCAMP DE OLIVEIRA
 09205 - VP - MAYARA TAMMI BANSHO
 09206 - VP - MELINA A. FORMIGHIERI BERTOL
 09207 - VP - VICTOR MATHEUS DA ROSA
 09208 - VP - ADILSON MARIO SCALCO FILHO
 01078 - ZP - VINICIUS A. CORDEIRO DE MELO
 01080 - ZP - DANIELE CRISTINA DA SILVA KAZAMA
 01081 - ZP - FABIO MARCEL COELHO
 01082 - ZP - LEANDRO DALCIN CASTILHA
 01083 - ZP - RICARDO KAZAMA
 01084 - ZP - RUBIAN BORTOLON KAZAMA
 01086 - ZP - DANIELA M. DO NASCIMENTO
 01087 - ZP - FERNANDA BRANDALISE
 01088 - ZP - VANESSA KARINA NARDI
 01090 - ZP - ANDERSON NORONHA CIA
 01091 - ZP - CRISTIAN JONAS LUPKE
 01092 - ZP - DOGLAS BATISTA LAZZERI
 01093 - ZP - FERNANDO SOLANO BAPTISTA
 01094 - ZP - GISELE LEOPOLDINO

Prima Cancelada

00776 - VP - JOHANNES ARTUR VAN DER MEER
 00856 - VP - MARIA DULCE DE ALMEIDA
 01103 - VP - JOSE ARANDA
 01222 - VP - GIL JOSE PACHECO
 01418 - VP - JOSE ROBERTO GONSALEZ SANTOS
 02714 - VP - GLORIA M. TAKEMOTO HAMASAKI
 03230 - VP - KOOJI HORINOUTI
 03689 - VP - APARECIDA THOMAZINI CHAIM
 04338 - VP - CLAUDIO KLEMZ
 04939 - VP - RODOLFO C. DE ARAUJO BERBER
 05035 - VP - MELISSA DALLA GRANA
 06241 - VP - JEAN MARCEL FERRAO SANDRINI
 06818 - VP - GILSON MARASCHIN
 07528 - VP - MARCIO M. DORIGON NOTOMI
 07588 - VP - FABIOLA REGINA F. PEREIRA GRITTEN
 00082 - ZP - SERGIO ISAO MIZOTE
 00723 - ZP - LILIAN CAROLINA ROSA DA SILVA
 00728 - ZP - HELERSON WESLEY BALMANT
 00965 - ZP - ULISSIS ZANCANELA
 00992 - ZP - MIRNA ADRIANE SYPPERRECK

Prima Reativada

00521 - VP - LEONI ADEMAR BARTMANN
 04881 - VP - MEILA B. DE ALMEIDA CARDOSO
 08138 - VP - FERNANDA MOREIRA HOHMANN

Prima Óbito

00724 - VP - JOSE LUIZ KATREIN STOCK
 02370 - VP - LUIZ FERNANDO MACEDO ALVES
 04054 - VP - ROBSON ARTHUR GEHLEN

Secundária

07477 - VP - MAURO MARCHISIO DE OLIVEIRA
 08215 - VP - ANDRE CORBUCCI TAMURA
 09085 - VS - LUCIANE LOURENÇO
 09087 - VS - ANGELA M. A. RODRIGUES
 09088 - VS - JOMAR MARGRAF LOPES
 09101 - VS - ROGERIO AFONSO GUIMARÃES
 09103 - VS - ALEXANDRE REDSON DA SILVA

09104 - VS - ALEXANDRE PRESTES DE SOUZA
 09133 - VS - FERNANDO FREIRE CIOLA
 01089 - ZS - WASHINGTON L. DE OLIVEIRA
 09198 - VS - ALDEVANDRO IVES RIBAS
 09199 - VS - EDUARDO ZUNTA THOMAZELLA
 09200 - VS - MARCIO DENTELLO LUSTOZA
 08036 - VS - SABRINA MARTINS LATORRE
 08719 - VS - FELIPE LOPES CAMPOS
 09039 - VS - JOYCE FERREIRA CAVALLETTE

Transferência Concedida

07477 - VP - MAURO MARCHISIO DE OLIVEIRA
 08215 - VP - ANDRE CORBUCCI TAMURA
 09085 - VS - LUCIANE LOURENÇO
 09087 - VS - ANGELA M. A. RODRIGUES
 09088 - VS - JOMAR MARGRAF LOPES
 09101 - VS - ROGERIO AFONSO GUIMARÃES
 09103 - VS - ALEXANDRE REDSON DA SILVA
 09104 - VS - ALEXANDRE PRESTES DE SOUZA
 09133 - VS - FERNANDO FREIRE CIOLA
 01089 - ZS - WASHINGTON L. DE OLIVEIRA
 09198 - VS - ALDEVANDRO IVES RIBAS
 09199 - VS - EDUARDO ZUNTA THOMAZELLA
 09200 - VS - MARCIO DENTELLO LUSTOZA
 08036 - VS - SABRINA MARTINS LATORRE
 08719 - VS - FELIPE LOPES CAMPOS
 09039 - VS - JOYCE FERREIRA CAVALLETTE

Transferência Recebida

08396 - VP - SÁLVIO R. PEREIRA NOGUEIRA
 08809 - VP - ANDRÉA CHARANTOLA
 09083 - VP - BARBARA CRISTINA MAZZUCATTO
 09084 - VP - FERNANDA BENEDETTE DE OLIVEIRA
 09086 - VP - RUBENS ANTONIO BOHATCHUK
 09100 - VP - RODRIGO TEDESCO GUIMARÃES
 09125 - VP - CRISTINA G. FIALHO WILSMANN
 09126 - VP - EDUARDO SAVIO REBELLO BIGNAMI
 09127 - VP - ELISA DE MENEZES TEIXEIRA
 09128 - VP - ERICH HELFER CARVALHO
 09129 - VP - JOÃO NELSON TOLFO ARRUDA
 09130 - VP - MATEUS TAPPARO
 09131 - VP - THAIS H. CONSTANTINO PATELLI
 09132 - VP - VANESSA ANDREA PINCELLI
 01079 - ZP - MARIELA AKIE OKINO MITUO
 09192 - VP - CAMILA POLES DE CAMPOS
 09193 - VP - GIULIANO DALLA PALMA DE SOUZA
 09194 - VP - MARIA CAROLINA PINTO CARREIRA
 09195 - VP - MARIANA FERREIRA DE ALMEIDA
 09196 - VP - ROBERTA OGAWA
 09197 - VP - ROBERTO DE OLIVEIRA KUNZ
 08710 - VP - DENISE DE OLIVEIRA
 09201 - VP - DENISE DE SOUZA GABARDO
 09202 - VP - PATRICIA MARTINS LAJUSTICIA
 07116 - VP - RODRIGO RIBAS MARTINS
 07631 - VP - FABIELE BENATO DOS SANTOS

Processos Éticos julgados em 2009

Ementa: ATRIBUIÇÃO A PROFISSIONAL DE PRÁTICA DE PROCEDIMENTOS E ASSUNÇÃO DE PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS INCOMPATÍVEIS COM O CÓDIGO DE ÉTICA DO MÉDICO VETERINÁRIO. Denúncia julgada procedente. Profissional que pleiteou para si emprego de outro profissional e denegriu a imagem deste. Violação aos artigos 6º, inciso V, 13º, inciso XXVI, 15º incisos VI, VII e VIII do Código de Deontologia e Ética do Médico Veterinário. Penalidade: Censura Confidencial.

Ementa: PROFISSIONAL QUE RASGA LAUDOS DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE EMITIDOS POR OUTRO PROFISSIONAL. CONDUTA OFENSIVA À HONRA DO MÉDICO VETERINÁRIO. INJÚRIAS EM FACE DO PROFISSIONAL NO TOCANTE A SUPOSIÇÕES DE LAUDOS SEREM LAVRADOS POR PROFISSIONAL DESABILITADO. Foi julgada improcedente a denúncia por ausência de provas.

Ementa: CIRURGIA REALIZADA NO ANIMAL QUE ROMPEU O FÊMUR. PROBLEMAS PÓS-CIRÚRGICOS NO JOELHO DO ANIMAL. NÃO ENTREGA DO PRONTUÁRIO DO ANIMAL PELO VETERINÁRIO. Foi julgada improcedente a denúncia em face do profissional, já que não foi comprovada culpa do profissional na cirurgia realizada no animal.

Ementa: ANIMAL QUE FOI HOSPEDADO NA CLÍNICA QUE O PROFISSIONAL É RESPONSÁVEL TÉCNICO. FUGA E DESAPARECIMENTO DO ANIMAL DO ESTABELECIMENTO. EVENTUAL NEGLIGÊNCIA DO PROFISSIONAL. Foi julgada improcedente a denúncia em face do profissional por não ter tido infração ao Código de Ética.

Ementa: DENÚNCIA QUE ATRIBUIU NEGLIGÊNCIA AO PROFISSIONAL NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE ORQUIECTOMIA QUE CULMINOU COM O ÓBITO DO PACIENTE. Ausência de provas concretas quanto aos fatos suscitados. Recusa do proprietário em seguir orientações do profissional deve estar documentada. Improcedência da denúncia.

Ementa: NEGLIGÊNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO EM EMPRESA DE LOCAÇÃO DE ANIMAIS. SUPOSTA OCORRÊNCIA DE CRIMES DE MAUS TRATOS. Denúncia julgada procedente. Violação aos artigos 6º, XV, 13, V e XIX; 14, I, 25, I e II todos do Código de Ética. Pena: Censura Pública

Ementa: PROFISSIONAL QUE NÃO REQUEREU TRANSFERÊNCIA PARA OUTRO CRMV. EXERCÍCIO DA PROFISSÃO EM DESACORDO COM AS NORMATIVAS ÉTICAS EM OUTRA LOCALIDADE. Denúncia julgada procedente. Violação ao Artigo 6º, inciso XI, do Código de Ética. Pena: Advertência Confidencial

Ementa: RESPONSÁVEL TÉCNICO DE EMPRESA. ATOS DE MAUS TRATOS AO ANIMAL. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA CARACTERIZAÇÃO DE EVENTUAL NEGLIGÊNCIA PROFISSIONAL. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. Foi julgada improcedente a denúncia em face do profissional por ausência de provas.

Ementa: TROCA DE OFENSAS VERBAIS POR PARTE DO PROFISSIONAL EM FACE DE OUTRO PROFISSIONAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO NA PRESENÇA DE VÁRIAS PESSOAS. INJÚRIAS. AMEAÇAS. Foi julgada improcedente a denúncia em face do profissional por ausência de provas dos fatos.

Ementa: SUPOSTO EXERCÍCIO DO PROFISSIONAL SEM A DEVIDA GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA E SEM REGISTRO NO CRMV-PR. Foi julgada improcedente a denúncia em face do profissional por ausência de provas.

Ementa: CIRURGIA CESARIANA EM ANIMAL. PROBLEMAS PÓS-CIRÚRGICOS. ÓBITO DO ANIMAL. EVENTUAL NEGLIGÊNCIA DO PROFISSIONAL. Foi julgada improcedente a denúncia e arquivamento em face do profissional por não ter tido infração ao Código de Ética.

Ementa: CONSTATAÇÃO PELOS FISCALS DA VIGILANCIA SANITÁRIA MUNICIPAL DE IRREGULARIDADES EM ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL. MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS DE USO VETERINÁRIO DE USO CONTROLADO SEM A IDENTIFICAÇÃO NAS NOTIFICAÇÕES DE RECEITAS DOS NOMES E PROPRIETÁRIOS DOS ANIMAIS. RECEITAS PRESCRITAS POR MÉDICO VETERINÁRIO E QUE NÃO TINHAM IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE ANIMAL. Denúncia julgada procedente. Violação ao Artigo 13, III do Código de Ética. Pena: Censura Confidencial

Ementa: RESPONSÁVEL TÉCNICO QUE SUPOSTAMENTE NÃO EXECUTA O QUE LHE É ATRIBUÍDO NO EXERCÍCIO DE SUA PROFISSÃO, CONFORME TERMO DE FISCALIZAÇÃO. Denunciada alega que trabalhou e cumpriu com sua função de RT e que proprietário

do estabelecimento não pagou seus honorários. Divergências de informações e conflito de relacionamento. Improcedência da denúncia.

Ementa: DENÚNCIA ATRIBUI A PRÁTICA DE ATOS CIRÚRGICOS E INTERNAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO CONSULTÓRIO DA DENUNCIADA. Impossibilidade de comprovação destes fatos. Profissional que apenas realizou exames na paciente. Ausência de provas. Improcedência da denúncia.

Ementa: SUPOSTA NEGLIGÊNCIA DE PROFISSIONAIS NO EXERCÍCIO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA EM EMPRESA DE CÃES DE GUARDA. MAUS TRATOS AOS ANIMAIS. Processo ético instaurado após recebimento de ofício do Ministério Público do Paraná. Impossibilidade de definir a empresa e o profissional pelos maus tratos denunciados. Improcedência da denúncia.

Ementa: CONSTATAÇÃO PELOS AGENTES FISCAIS DO CRMV-PR. ANIMAL SUBMETIDO A PROCEDIMENTO DE FLUIDOTERAPIA SEM A PRESENÇA E ACOMPANHAMENTO DIRETO DO MÉDICO VETERINÁRIO. Denúncia julgada procedente. Violação aos Artigos 13, XIX; 14, III, V e VIII, todos do Código de Ética. Pena: Censura Confidencial.

Ementa: PROFISSIONAL DENUNCIADA EM RAZÃO DE CESÁREA COM O ÓBITO DO FILHOTE E POSTERIOR EUTANÁSIA DA CADELA. Proprietária que solicitou ressarcimento das despesas, negado pela profissional. Ausência de provas de imperícia ou negligência em relação ao animal. Improcedência da denúncia.

Ementa: DENÚNCIA DE ERRO MÉDICO. Cirurgia ovário-salpingo-histerectomia. Complicações. Síndrome do Ovário Remanescente (SOR). Impossibilidade de comprovar de falha na técnica cirúrgica. Improcedência da denúncia.

Ementa: DESCARTE DE MATERIAIS HOSPITALARES E CADÁVER DE CÃO EM LOCAL INAPROPRIADO PROVOCANDO RISCOS DE PREJUÍZOS AMBIENTAIS, BEM COMO À SAÚDE PÚBLICA. Profissional afirma que falta ocorreu sem dolo ou má-fé. Procedência da denúncia. Infração aos Artigos 13 inciso V, Art. 14, inciso III e Art 25, incisos I e III da Resolução do CFMV nº 722/2002. Pena Censura Confidencial.

Ementa: DENÚNCIA ATRIBUÍDA A PROFISSIONAL PELA AUSÊNCIA DE REGISTRO DO ESTABELECIMENTO, FAVORECIMENTO DA PRÁTICA DA MEDICINA VETERINÁRIA POR LEIGO E RETENÇÃO DE HONORÁRIOS. Fatos não comprovados. Ausência de provas. Denunciada que realizou a regularização de seu estabelecimento perante o CRMV-PR. Improcedência da denúncia.

Ementa: PROFISSIONAL QUE DENUNCIA COLEGA POR COMENTÁRIOS E ACUSAÇÕES CONTRA SUA HONRA E COMPETÊNCIA PROFISSIONAL EM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO DE PACIENTE. Ausência de provas que comprovem os fatos ocorridos. Improcedência da denúncia.

Ementa: DENÚNCIA DE PRESSÃO EMOCIONAL E MORAL, COM A SUBTRAÇÃO DE PRERROGATIVAS TÉCNICAS MÉDICO-VETERINÁRIAS. Ausência de provas que consubstanciem a suposta falta ética. Entendimento de que qualquer profissional que ocupe cargo de superior hierárquico cabe zelar e exigir o cumprimento com competência e perícia das obrigações profissionais. Improcedência da denúncia.

Ementa: PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO DE EMPRESA QUE PRESENCIAVA DIVERSAS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELO ESTABELECIMENTO (VENDA DE MEDICAMENTOS VENCIDOS, VACINAÇÃO DOS ANIMAIS POR LEIGOS, MAU ACONDICIONAMENTO DAS VACINAS E OUTROS). Denúncia julgada procedente. Violação ao Artigo 26, III, do Código de Ética. Pena: Censura Confidencial

Ementa: RESPONSÁVEL TÉCNICO. EMPRESA DE LOCAÇÃO DE CÃES QUE SUPOSTAMENTE PRATICAVA MAUS TRATOS AOS ANIMAIS. Ausência de indícios de autoria e de prova da materialidade. Improcedência da denúncia.

Ementa: SERVIÇOS DE BANHO E TOSA EM ANIMAL. LESÕES E FERIMENTOS DECORRENTES DE TAIS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL PELA NEGLIGÊNCIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA ACOLHIDA JÁ QUE O PROFISSIONAL NÃO ERA RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PET SHOP. Foi acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da parte para extinção do processo sem resolução do mérito.

3º Encontro Estadual das Inspeções Sanitárias

8 e 9 de abril de 2010



LOCAL: CENTRO CULTURAL MATHIAS LEH
ENTRE RIOS - GUARAPUAVA - PR

ABERTURA:

Abertura: 08h30min às 09h
Centro Cultural Mathias Leh -
Cidade Velha - Entre Rios,
Guarapuava-PR

Palestras: datas e horários serão divulgados no site do evento
(www.3encontroguarapuava.com.br)

Inspeção de alimentos: controle de origem de origem
contaminantes
Inspeção de alimentos: controle de origem de origem
contaminantes
Inspeção de alimentos: controle de origem de origem
contaminantes

Jantar de Confraternização

08h30min - 09h30min
09h30min - 10h30min
10h30min - 11h30min
11h30min - 12h30min
12h30min - 13h30min
13h30min - 14h30min
14h30min - 15h30min
15h30min - 16h30min
16h30min - 17h30min
17h30min - 18h30min
18h30min - 19h30min
19h30min - 20h30min
20h30min - 21h30min
21h30min - 22h30min
22h30min - 23h30min
23h30min - 00h30min



37º CONBRAVET

2010: um ano muito especial
para alimentar e energizar o mundo.
Muito a comemorar no mais abrangente
evento de veterinária já realizado no Brasil.



Alimento e Bioenergia
para o Brasil e o Mundo

37º CONBRAVET
CONGRESSO INTERNACIONAL
COMEMORATIVO

150 ANOS Ministério da
Agricultura

Ensino de
Veterinária **100 ANOS**
no Brasil

90 ANOS Sociedade Brasileira de
Medicina Veterinária

26 a 30 de Julho de 2010
Rio de Janeiro

CENTRO DE CONVENÇÕES SULAMÉRICA
Av. Paulo de Frontin, 1 – Centro – Rio de Janeiro-RJ

PARA USO DOS CORREIOS

- MUDOU-SE
- DESCONHECIDO
- RECUSADO
- FALECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO
- END. INSUFICIENTE
- CEP
- NÃO EXISTE N°ÍNDICADO
- INFORMAÇÃO RESTRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: _____

RESPONSÁVEL